

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

JOSÉ EDSON DOS SANTOS

**FERNÃO LOPES (1380-1460) NAS ESCOLAS:
CONTRIBUIÇÕES PARA A INTRODUÇÃO DA OBRA CRONÍSTICA
PORTUGUESA NAS ESCOLAS POR MEIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO**

Alfenas/MG

2016

JOSÉ EDSON DOS SANTOS

**FERNÃO LOPES (1380-1460) NAS ESCOLAS:
CONTRIBUIÇÕES PARA A INTRODUÇÃO DA OBRA CRONÍSTICA
PORTUGUESA NAS ESCOLAS POR MEIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, como exigência para obtenção do título de Mestre em História Ibérica.

Orientador: Prof. Dr. Adailson José Rui.

Alfenas/MG

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Santos, José Edson dos

“Fernão Lopes (1380-1460) nas escolas: contribuições para a introdução da obra cronística portuguesa nas escolas por meio das novas tecnologias de informação” / José Edson dos Santos. -- Alfenas/MG, 2016.
75 f.

Orientador: Adailson José Rui.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, 2016.
Bibliografia.

1. Ibérica, Península (Portugal, Espanha). 2. Lopes, Fernão, ca. 1380-.
3. Escolas. I. Rui, Adailson José . II. Título.

CDD-946.9

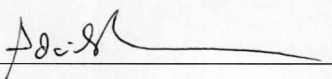
JOSÉ EDSON DOS SANTOS

“Fernão Lopes (1380-1460) nas Escolas: contribuições para a introdução da obra cronística portuguesa nas Escolas por meio das novas tecnologias de informação”

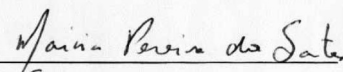
A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 14/09/2016

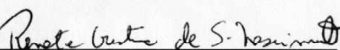
Prof. Dr. Adailson José Rui
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Profa. Dra. Márcia Pereira dos Santos
Instituição: Universidade Federal de Goiás –
UFG-GO

Assinatura: 

Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Dedico a Deus por permitir mais uma realização positiva em minha vida. A minha mãe Lavínia (*in memoriam*), a esposa Eunice e aos Filhos Gustavo, Náíade e Petrus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Alfenas e ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, pela possibilidade de progresso acadêmico e pessoal.

Ao corpo docente que contribuiu na minha formação.

Aos colegas pela presença e força, elementos fundamentais.

Ao Orientador Prof. Dr. Adailson José Rui, pela orientação capacitada, dedicação e paciência, neste trabalho.

E aos membros da banca avaliadora, Professoras Doutoras Renata Cristina de Souza Nascimento e Márcia Pereira dos Santos, pela disposição e contribuição na finalização desta dissertação.

RESUMO

O objeto de análise desta dissertação, com ênfase na história da Península Ibérica Medieval Portuguesa, concentra-se nos elementos constituintes da crônica *D. João I*, de Fernão Lopes (1380-1460), principalmente do seu prólogo, verificando sua categoria da História e os elementos determinantes da mudança do gênero crônica, método que rompeu definitivamente com a tradição medieval, distinguindo história e ficção, e levar este conhecimento aos alunos e professores do Ensino Fundamental II e Médio de nossas escolas. Seu método investigativo inovou pela severa crítica do material e das fontes históricas que dispunha acreditando que na confrontação dos fatos seria possível apurar o que era para ele a “verdade”. O recorte documental selecionado, possibilitou mapear uma espécie de gênese do discurso historiográfico português, sobretudo em razão do fato de que a obra foi produzida num período conturbado e decisivo do pensamento histórico e político no reino, que culminou com a ascensão da dinastia de Avis (1383-1385). Esta pesquisa apresenta indicadores do compromisso do cronista na busca da sua História *verdadeira e nua*, mesmo que para isto tenha sustentado um discurso diferente dos cronistas anteriores, e muitas vezes contraditório. Lembrando que o cronista, ao dominar os estudos e os métodos, sob o sistema de referência, os objetos fixados, e os critérios de avaliação aplicados em seu tempo, na especificidade do seu conhecimento, acreditou seguir no *encalço da sua verdade, evitando que a História deslizesse pelo seu temível oposto, a invenção*, evitou os excessos para *embelezamento da narrativa*, que deveria ser concisa e sem negligenciar os fatos já registrados por outros historiadores. Os resultados desta pesquisa, sob o ponto de vista da elaboração de um produto final utilizando novas tecnologias de informação, serão disponibilizados sob a forma de Jornal Digital denominado *Páginas da História*, na linguagem, especificidade e interesse de alunos e professores do nosso sistema de Ensino.

Palavras chaves: Península Ibérica Medieval Portuguesa. Fernão Lopes. Escola.

ABSTRACT

This dissertation's subject, with emphasis on the history of the Portuguese Medieval Iberian Peninsula, are the constitutive elements of the chronic King John I, by Fernão Lopes (1380-1460), especially the prologue, investigating its historical category and the elements of change of the chronic genre, a method that definitely broke with the medieval tradition, distinguishing history and fiction. The study also seeks to bring this knowledge to the students and teachers of Primary School (II) and High School. Its investigative method innovated by severe criticism of the available material and the historical sources, believing that through fact checking it would be possible to ascertain what was for him the truth. The selected document clipping, made it possible to map a kind of genesis of the Portuguese historiographical discourse, especially due to the fact that the work was produced in a troubled and decisive period of history and political thought in the kingdom, which culminated in the rise of the Avis Dynasty (1383-1385). This research presents indicators of the chronicler's commitment to the search for true and naked history, even if for this he sustained a discourse different from the earlier, and often contradictory, chroniclers. Remembering that the chronicler, to master the studies and methods, under the reference system, fixed objects, and the evaluation criteria applied in their time, in the specificity of their knowledge, he proceeded in the pursuit of truth, avoiding its fearful opposite, invention, and also avoiding the excesses of beautifying the narrative, which should be concise and without neglecting the facts already recorded by other historians. The results of this research, from the point of view of the preparation of a final product using new information technologies, will be made available in the form of a "Digital Newspaper", in the language, specificity and interest of students and teachers of our teaching system.

Key words: Portuguese Medieval Iberian Peninsula. Fernão Lopes. School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fernão Lopes.....	12
Figura 2 - Crônica de D. João I.....	23
Figura 3 - D. João I.....	34
Figura 4 - Painéis de São Vicente de Fora.....	69
Figura 5 - Assinatura de Fernão Lopes.....	70
Figura 6 - Página iluminada da Crônica de D. João I.....	71

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CAPITULO 1- O CRONISTA FERNÃO LOPES.....	12
2.1	HOMEM DE SABER PLEBEU.....	12
2.2	OS ANOS DO INTERREGNO EM PORTUGAL.....	15
2.3	A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO.....	16
2.4	<i>MUNDANALL AFEIÇOM</i>	18
3	CAPÍTULO 2 - A CRÔNICA DE D. JOÃO I.....	23
3.1	PRÓLOGO.....	24
3.2	PATROCINADORES DAS OBRAS	27
4	CAPÍTULO 3 - A DINASTIA DE VIS.....	31
4.1.	MESTRE DE AVIS.....	31
4.2	A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO REINO.....	37
5	CAPÍTULO 4 - HISTÓRIA E VERDADE.....	44
5.1	RELAÇÃO ENTRE ESCRITA, HISTÓRIA E PODER.....	48
5.2	OBJETIVIDADE E VERDADE HISTÓRICA.....	50
5.3	<i>CERTIDÃO DAS HISTÓRIAS</i>	53
6	CAPÍTULO 5 - OBJETO DE APRENDIZAGEM	57
6.1	APORTES FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS.....	57
6.2	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TIC’S...	60
6.3	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E NOVOS RECURSOS TECNOLÓGICOS.....	61
6.4	DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL E PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO.	63
7	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com cronista português Fernão Lopes foi durante o Curso de Graduação em História da UNIFAL, em 2014, admirado com a importância e dimensão de sua obra, e ao mesmo tempo surpreso com a lacuna e o desconhecimento desse autor no Brasil em relação a outros da mesma envergadura dos demais países europeus.

Esta questão tomou corpo e veio a se tornar o objeto da presente dissertação de Mestrado, e a ideia já mais amadurecida apresenta-se agora com o desafio de conhecer um pouco mais de Fernão Lopes, sua obra e introduzir este conhecimento nas escolas.

Para a execução desta proposta estruturamos a pesquisa em cinco capítulos. No primeiro analisaremos o autor sob a perspectiva das fontes narrativas da sua crônica D. João I, no contexto político, nas relações de poder e tradição cultural. O segundo capítulo abordará a referida Crônica, mais especificamente o seu Prólogo, que trata dos elementos determinantes da mudança do gênero crônica, que rompeu com a tradição medieval, distinguindo história e ficção. No terceiro capítulo serão abordadas as principais características da dinastia de Avis, que foi a segunda do reino de Portugal, entre 1385 e 1580. O quarto capítulo tratará do tema história e verdade, que em razão de sua complexidade pretendemos apenas organizar algumas reflexões para estabelecer uma base sólida para análise e compreensão do tema proposto. E o quinto e último capítulo será a análise das novas tecnologias de informação e comunicação voltadas para a Educação, na construção do conhecimento, especificamente no campo da História Medieval da Península Ibérica, na divulgação de Fernão Lopes nas Escolas.

No século XV o Reino Português sofria os mais avassaladores impactos provocados pela Guerra dos Cem Anos, o Grande Cisma do Ocidente, e a Peste Negra, e ainda sangrava internamente por uma guerra civil, resultante da trágica morte de D. Fernando I, sem deixar filho varão, e a terrível possibilidade do trono português viesse a ser ocupado pelo Reino de Castela.

É este o ambiente que nossa pesquisa trilhou, quando Fernão Lopes, cronista oficial do Reino Português, patrocinado pela dinastia de Avis, tinha como tarefa a redação das crônicas dos reis portugueses, entre as quais, o objeto deste estudo, a Crônica de D. João I, filho bastardo, que representava o movimento de resistência contra a rainha viúva D. Leonor Teles

de Menezes e sua filha Beatriz de Portugal, legítima herdeira do trono português, ambas comprometidas diretamente com os interesses do Reino de Castela.

Em nosso estudo da Crônica de D. João I como instrumento fundamental dentre o amplo conjunto de obras de Fernão Lopes, em diversas áreas do campo simbólico, tivemos oportunidade de trabalhar e verificar um importante veículo produtor de legitimidade do novo monarca e seus sucessores, no processo de ascensão e consolidação da recente dinastia de Avis, na produção da memória dos seus reis.

E dentre os aspectos mais importantes do nosso trabalho será a identificação dos elementos determinantes da referida mudança do gênero crônica, rompendo com a prática medieval, que mesclava história e ficção, verificada principalmente no Prólogo desta crônica.

E partindo deste foco da pesquisa, marcado pela inauguração de um método investigativo pelo cronista, orientado por severa crítica do material e das fontes históricas que dispunha acreditando que na confrontação dos fatos seria possível apurar a verdade, é que propomos aqui, apontar e compreender, sobretudo nas lições ministradas no Prólogo da Crônica de D. João I, como elemento determinante e propulsor da propaganda régia da dinastia ascendente ao trono português, o obstinado compromisso do cronista com a *verdade*.

Portanto no desenvolvimento de nossa proposta, estaremos imensamente gratos e não serão medidos esforços neste sentido, para a constatação, sob a orientação das concepções teórico-metodológicas de Mattoso, Coelho, Schaff, em que aspectos o cronista cumpriu o seu compromisso na busca da História verdadeira e nua, mesmo sustentando um discurso diferente dos cronistas anteriores, e por vezes contraditório, diante do seu critério de apuração, narração dos fatos na reconstrução da história frente aos meios políticos, econômicos, sociais e culturais a que pertencia.

Devendo lembrar que Fernão Lopes se propôs ao alcance da verdade, protegendo a História dos perigos do seu inimigo capital, a fantasia ou invenção, estabelecendo regras, e sobretudo evitando os excessos como a formosura da narrativa, defendendo a concisão, confrontando os fatos já registrados por outros historiadores, porém sem negligencia-los.

E que o cronista, no exímio domínio do seu método, e sistemas de referências, estabeleceu critérios de avaliação aplicados em seu tempo, na especificidade do seu conhecimento, acreditando firmemente ter alcançado a tão almejada verdade absoluta, mesmo que para esta tarefa seria necessária à acumulação de inúmeras verdades relativas, conforme será demonstrado.

E finalmente, em atendimento as diretrizes fixadas pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, por sinal de excelente aproveitamento acadêmico e profissional, os frutos

desta pesquisa deverão ser disponibilizados na forma de uma proposta de material, sob o ponto de vista da elaboração de um produto final utilizando novas tecnologias de informação, na linguagem, especificidade e interesse dos alunos, que será desenvolvido em sala de aula, com o objetivo de contribuir como recurso educacional na disciplina de História Ibérica Medieval. Nosso desafio será apresentar Fernão Lopes nas escolas.

2 CAPÍTULO 1 - O CRONISTA FERNÃO LOPES



Figura 1. Fernão Lopes. ¹

Fonte: <http://paineisnunogoncalves.org/Index.html>.

Neste capítulo analisaremos LOPES sob a perspectiva das fontes narrativas da sua crônica de *D. João I*, primeiramente, dentro do seu contexto político, sobretudo nas relações de poder e tradição cultural em que o cronista estava inserido. A segunda orientação estará centrada na construção da biografia do cronista analisado, levando em conta desde os elementos de sua vida, a evolução de sua carreira, até a necessária problematização da sua formação intelectual e cultural, pois assim será possível uma melhor análise da composição e estruturação da obra, na verificação dos seus processos de trabalho e de produção. E o terceiro e último enfoque, em razão da reconhecida escassez documental, nos trabalhos de análise do seu meio cultural, a solução é o estudo nas próprias crônicas, da existência de indícios que possam melhor esclarecer e auxiliar na elucidação e caracterização da mesma (MONTEIRO, 1988).

O que faremos em seguida sob quatro perspectivas distintas de abordagens:

¹ Fernão Lopes, detalhe da parte superior direita do 4º Painel (Painéis de São Vicente de Fora, obra composta por 6 painéis, autoria do pintor português Nuno Gonçalves. Foram descobertos em finais do século XIX (1882), no Paço Patriarcal de São Vicente de Fora em Lisboa.” Fonte: <http://paineisnunogoncalves.org/Index.html>. Acesso em: Jan. 2015.

2.1 HOMEM DE SABER PLEBEU

Apesar da incerteza em relação ao ano de nascimento de LOPES², acredita-se que tenha vivido na cidade de Lisboa, Portugal (SCHIAVINATO, 2010). Os raríssimos dados e informações sobre a vida desse cronista existentes, estão relacionados aos registros históricos de sua relação com a casa real de Avís (SARAIVA, 1997). Não sendo possível precisar maiores informações sobre essa relação com a corte de D. João I (1357/1433), os registros mostram que foi nomeado, Guardador da Torre do Tombo em 1418, escrivão da puridade do Infante D. Fernando (1402/1443) em 1422 e tabelião geral do reino em 1437. Recebeu em 1434 uma carta de nobreza e o título de “vassalo de El-rei”, no mesmo ano recebeu também uma *tença* pecuniária anual e vitalícia, concedida por D. Duarte (1391/1438), como reconhecimento pelo trabalho de pôr em crônica os feitos dos reis de Portugal.

Autor das crônicas de *D. Pedro I* (1357-1367), *D. Fernando* e *D. João* (1385- 1433), LOPES exercia funções burocráticas no reino português, além de ter sido guarda das escrituras (SARAIVA, 1997). As funções de guardador ou guarda-mor da Torre do Tombo durante o reinado de D. João I consistiam na conservação do material existente para utilizar a documentação guardada mediante ordens do rei. Ao assumir o cargo de cronista, já possuía experiência ao lidar com documentos, pois antes mesmo de assumir a função de guarda da Torre, exercia o cargo de tabelião do reino, profissão que o fazia lidar com cópias de documentos autênticos, certidões e testamentos.

De acordo com os estudos de Schiavinato, temos que:

Segundo José Hermano Saraiva, Lopes foi um homem de saber plebeu e não acadêmico em um período em que as Humanidades passavam por refinamento erudito. O meio social ao qual Lopes veio não pode ser afirmado, pois não há documentação para tal análise, mas o que o cronista escreveu nos dá pistas. Percebe-se que Fernão Lopes era um homem da cidade e não do campo, como também não era nobre. Frequentava a corte portuguesa, espaço em que seus escritos eram divulgados, mesmo público a quem seus contemporâneos, o rei D. Duarte e infante D. Pedro (1439-1448) deixaram obras que bem representavam o próprio grupo (a nobreza, mas uma nova nobreza representada na Dinastia de Avis). (SCHIAVINATO, 2010, p. 140).

² “O sobrenome Lopes não era de tronco nobre, a esposa do cronista possuía um parente sapateiro e o próprio Fernão Lopes ainda mantinha relações com indivíduos das camadas mais baixas da sociedade nos idos de 1340: em um contrato de compra de um imóvel, assinaram como testemunhas do cronista um tanoeiro de Alfama, um ferreiro de Lisboa, um escrivão da Torre do Tombo, um escudeiro e um porteiro”. SERRÃO, Joel (dir). Dicionário de história de Portugal. Porto. Livraria figueirinhas, 1992.

Em concordância com tal posicionamento Guimarães (2004), também afirma a categoria de “saber plebeu” do cronista português ao dizer que “como já deixamos claro, nada nos move à afirmação de uma vida universitária em LOPES, em nenhum dos documentos a que tivemos acesso ele aparece referenciado como ‘Doutor’ ou ‘Mestre’”. Para esta autora LOPES pode ter sido financiado por algum parente mesteiral em “seus estudos em escolas elementares ou de formação mais específica e ligada a alguma prática profissional, ambas as possibilidades em cenário urbano.”

Marcella Lopes Guimarães (2004) analisando LOPES em relação a sua formação intelectual, frente aos principais “ícones” da Idade Média como Tomás de Aquino, Abelardo, Wyclif e Siger de Brabante afirma que:

todos, de alguma forma, ligados à universidade, ao pensar e ao ensinar, só têm em comum com Fernão Lopes a habilidade de manejar a palavra e o contexto urbano que propicia seu nascimento. Isto porque não há qualquer documentação conhecida que aproxime o cronista português ao ambiente universitário. A sua obra revela o aproveitamento inteligente de fontes eruditas e a sua tarefa de Guarda-Mor da Torre do Tombo delineia o perfil do "pesquisador", mas ainda não foi possível esquadrihar a sua formação, apenas perceber os contornos que a sua obra deixa entrever. (GUIMARÃES, 2004, p. 43).

Ainda sobre a educação do cronista, Coimbra (2014) em concordância com a posição dos autores anteriormente citados, registra que “as informações sobre a origem de LOPES são escassas e o que se sabe sobre o seu passado e sua formação, antes de integrar a corte régia, é baseado em suposições e em alguns poucos documentos.” E complementando o tema Coimbra afirma que:

Sua origem deve ter sido humilde, pois há um documento mencionando uma escritura de compra e venda de um imóvel em seu nome, em que as testemunhas são pessoas com profissões ditas do povo miúdo, como um sapateiro e um porteiro, entre outros desta mesma ordem. De qualquer modo, conseguiu uma ascensão social bastante considerável, pois, possivelmente, viveu boa parte da sua vida bem próximo da corte dos reis de Portugal. (COIMBRA, 2014, p. 65)

Em seus estudos Coimbra acredita que a instrução recebida por LOPES quando jovem foi provavelmente “em um mosteiro ou no Estudo Geral em Lisboa, pois podemos ver em

seus textos, referências a autores e filósofos de considerável envergadura, como Aristóteles, Beda, Cícero, Eusébio e Tito Lívio.”

2.2 OS ANOS DO INTERREGNO EM PORTUGAL

Deve ser considerado também, que LOPES, como “homem de saber,” seus textos foram produzidos sob a influência de um período conturbado em Castela e Portugal, notadamente pelos impactos da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), pelo Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), pela Peste Negra (sec. XIV) e principalmente pela Crise de Portugal (1383–1385), período de guerra civil, também conhecido como *Interregno*.

Crise iniciada após o Tratado de Salvaterra de Magos, firmado no fim do terceiro conflito com o então falecido monarca português, D. Fernando I.

Sobre o referido tratado Mattoso (1993) explica que:

em linhas gerais, a filha de D. Fernando, D. Beatriz, se casaria com o herdeiro do trono de Castela e, na falta de um herdeiro varão português, filho ou neto do monarca, as coroas reais portuguesa e castelhana seriam unidas. Porém, com a morte da rainha castelhana, é o rei D. João I de Castela, então viúvo, que toma a infanta portuguesa D. Beatriz como esposa e passa a reivindicar o trono português. Cabe lembrar que o monarca de Castela se antecipou às cláusulas do tratado, assumindo, assim, o papel de invasor do reino de Portugal. (MATTOSO, 1993, p. 97)

Sobre a Crise de Portugal, guerra civil ou Interregno, convém ressaltar já de início que o “caráter revolucionário ou não” desse fato histórico, sempre foi reconhecidamente um ponto de divergência entre os historiadores. Destacando que o aprofundamento da referida abordagem escapa ao objetivo desta pesquisa, neste sentido apenas limitaremos na citação das linhas básicas de posicionamentos a respeito.³ Para Saraiva (1995), grande parte do que se conhece sobre a crise em Portugal neste período se deve a LOPES, principalmente pela “interpretação revolucionária” produzida pelo cronista, demonstrando que foi o povo de Lisboa que desencadeou tal processo revolucionário, e que a iniciativa de matar o conde Andeiro (1320 - 1383) não partiu do Mestre de Avis.

Essa questão relativa às fontes literárias que descrevem a “revolução”, Saraiva (1995) destaca a narrativa de Jean Foissart “que escreveu na época dos acontecimentos e com base nos depoimentos prestados por pessoas que neles tinham tido intervenção direta.” Segundo

³ Este tema volta a ser analisado no terceiro capítulo, em razão da sua relação com a consolidação da Independência de Portugal.

Saraiva a interpretação de Froissart diverge de LOPES e ele destaca dois pontos acerca dessa divergência: a iniciativa do movimento teria partido de uma conspiração formada por representantes dos concelhos de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora; e a iniciativa de matar o conde Andeiro partiu do Mestre de Avis, que teria sido escolhido pelos representantes dos concelhos.

2.3 A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO

Para a análise, propriamente da construção do método criado e utilizado por LOPES, na elaboração das crônicas Maleval (2010) sugere, inicialmente, a análise dos seus prólogos, onde o cronista expõe as “fórmulas que regem *a priori* a sua concepção da história”, ou seja, a pretensão de imparcialidade, e busca de provas que certifiquem elementos de negação da “formosura no discurso”.

Lembrando que LOPES ocupando o cargo de Guardador da Torre do Tombo e inaugurando a função de cronista-mor do reino teve amplo e irrestrito acesso as informações e documentos que foram utilizados na composição de suas crônicas, o que não era usual aos cronistas anteriores (EFFGEN, 2009).

Segundo Effgen (2009) LOPES, “mais do que um cronista, utilizava na primeira metade do século XV, grosso modo, métodos de um historiador muito próximos dos historiadores do século XX.” E continuando, Effgen registra que:

Para compor suas crônicas, ele efetuou um árduo trabalho (...) utilizou o cargo de guardião da Torre do Tombo e de Tabelião Geral para pôr em ação um trabalho de investigação, crítica das fontes e correção das memórias existentes até aquele momento, práticas que o diferenciavam do trivial de um cronista medieval. Ouviu testemunhos, andou por mosteiros e igrejas, visitou vários pontos do reino onde ocorreram fatos importantes ou onde pudesse recolher testemunhos idôneos, comparou documentos e estóreas. Foi buscar as informações necessárias. (EFFGEN, 2009, p. 43).

As crônicas de LOPES revolucionaram em relação à literatura medieval e à maneira de pôr em crônicas os fatos do passado, para Saraiva (1997) o cronista medieval (antes de LOPES) era, de forma geral, apenas um compilador que ordenava cronologicamente, ou colocava em forma de crônica, textos como “anais diversos, gestas prosificadas, estóreas monográficas ou já integradas, sem, na maior parte dos casos, explicar qualquer critério de escolha e fusão.”

O grande diferencial entre LOPES e os cronistas anteriores está na escrita de suas obras a partir de investigações e postura crítica diante das fontes. Na elaboração de suas obras o cronista utilizava crônicas anteriores que eram aceitas ou refutadas à luz de documentos oficiais, além de análise epigráfica e relatos orais.

Para Effgen (2009) a obra de LOPES, está inserida no contexto europeu, expondo “um panorama da sociedade portuguesa em que forças sociais se enfrentam e atores individuais e coletivos ganham destaque na ordenação histórica que é fruto da genialidade desse autor.” O seu inovador processo de composição demonstra, diferentemente dos demais cronistas, que não se trata de um simples resumo ou aglutinação de obras e fatos anteriores, mas da condensação e enriquecimentos com diferentes informações e dados.

Analisando a construção do método de LOPES, França (2003) recorda que “nos primeiros séculos antes de Cristo, os gêneros históricos eram distinguidos tendo em conta a maior ou a menor dimensão do relato e recebiam o qualificativo de nobre ou de menor dependendo também da sua dimensão narrativa.” O célebre bispo Eusébio de Cesaréia, autor da *História eclesiástica*, também utilizou dos mesmos qualificativos ao considerar como maior, a História, por oferecer um relato mais amplo, e como menor, a crônica, por caracterizar-se pela brevidade e pela preocupação em fornecer a sequência do tempo. França ainda complementa sobre esta distinção valorativa, nos seguintes termos:

a partir de 1100 se dilui à medida que a História, como ressalta Guenée, vai perdendo o aspecto retórico e se tornando mais técnica – ou seja, quando se multiplicam as listas, os catálogos, as genealogias e a História percebe que toda essa documentação de base tem para ela um interesse vital –, é especialmente sugestiva por apoiar-se no referido atributo tomado como intrínseco à História, a narração; tanto mais apreciado era o gênero quanto mais desenvolvido estivesse tal atributo. (FRANÇA, 2003, p. 169).

Quanto ao aspecto da qualidade literária LOPES não foi superado por seus sucessores. É o que confirma Amado (1991) pelo fato do cronista ter utilizado “um método investigativo imbatível com severa crítica do material que dispunha acreditando que confrontar os fatos seria possível confrontar as contradições e apurar as verdades.”

Esta observação pode ser conferida com as seguintes palavras de Amado:

Defendendo a sua versão dos fatos com a comprovação de documentos ou de crônicas anteriores confrontadas. Antes de praticar estes métodos, o cronista, quando não queria perder-se em miscelâneas de história e ficção, não podia senão contar o acontecimento próximo, baseado na própria

experiência ou testemunhos de quem tivesse tido. Fernão Lopes é, ainda, e até por assim abrir caminho à originalidade, o primeiro escritor em português. (AMADO, 1991, p. 33).

LOPES, na Idade Média, já demonstrava o necessário cuidado quanto à confiabilidade e a questão da hierarquização das fontes históricas,⁴ o que séculos depois viria ser tema essencial na historiografia. Para Amado (1991) o cronista busca alcançar a maior verossimilhança em seus escritos, e cita “um descarte do relato oral, por ele, e uma valorização e análise dos acontecimentos documentados”. Amado exemplifica tal observação com o seguinte fragmento de sua pesquisa:

Seu valor como historiador reside acima de tudo no fato de procurar ser "moderno", desprezando o relato oral em favor dos acontecimentos documentados. O documento escrito é a base que se apoia para erguer retratos de reis e fidalgos, situações de intensa vibração dramática, e os enredos de incessante dinamismo (...) no enalço de reconstituir a verdade histórica e fazer justiça na interpretação dos acontecimentos e das personagens que neles se envolvem. (AMADO, 1991, p. 33).

Para Lima (1986) sem dúvida o método construído por LOPES marca uma ruptura definitiva com a tradição medieval, e exemplifica que história e ficção eram indistinguíveis até aquele período histórico. Aspecto em que Lima (1986) recorda que “para o homem medieval, não há qualquer marca distintiva entre história e ficção. Desde que não se oponham à verdade religiosa, ambas são confiáveis, porque ambas são tomadas como verdadeiras.”

Apesar de LOPES ser um cronista medieval, a história e a ficção passam a ser distintas, no sentido de que o cronista, embora não se pretenda que seja o único, que ao reconhecimento da instância subjetiva passa a corresponder o estabelecimento de uma linha divisória entre a História e a ficção (LIMA. 1986).

2.4 MUNDANALL AFEIÇOM⁵

⁴ “A questão da hierarquização das fontes históricas é analisada dentro de uma abordagem dialética, onde se alerta para o risco que os historiadores tendem a correr. Neste sentido, é necessário dispensar atenção para não se cometer o equívoco, antes praticado pela historiografia tradicional. É preciso precaução para não se priorizar somente as fontes orais, mas procurar redimensioná-las com fontes escritas, visando uma investigação cada vez mais aprofundada, a fim de se chegar a realidade ou as realidades pretendidas ao final do processo investigativo.” AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁵ “Afeição é inerente à condição humana, que escapa ao controle racional. Trata das paixões e certas influências que modificam a narrativa, implicando em dificuldades de se apreender a verdade. Daí, a necessidade de o cronista-historiador em controlar a *mundanall afeição*, a fim de garantir o espaço de autonomia do discurso histórico, separando os desejos e interesses. Desta forma, compreende que os atributos do cronista devem ser a isenção e a autoridade.” Fonte: <http://dicionariportugues.org/pt/mundanall>.

Antes da abordagem do termo *mundanall afeição* utilizado por LOPES, necessário se faz o traçado de algumas premissas. De acordo com Loriga, (2012) o tema relacionado ao *eu* do historiador sempre se mostrou controvertido e polêmico entre os historiadores, desde o início dos estudos da historiografia. Por um lado, ela está ligada ao problema do *pathos*.⁶ Em seus estudos sobre o tema Loriga apresenta os seguintes questionamentos: Qual é a distância correta em relação ao passado? O historiador deve cultivar uma atitude fria ou, ao contrário, deve procurar identificar-se ao passado? Afora isso, essa questão remete ao problema da relação entre a história e o presente. É possível separar-nos do presente para apreendermos o passado, na sua alteridade, ou estamos sempre projetando sobre o passado os nossos próprios fantasmas, interesses e preconceitos? Podemos pensar da mesma forma em que no passado? Tornar-nos contemporâneos dele? (LORIGA, 2012).

Analisando o posicionamento de LOPES sobre o assunto, especificamente sobre a importância de se observar a *verdade sem afeição*, na elaboração de suas crônicas, Loriga (2012) ao responder as citadas indagações, afirma que, “de qualquer maneira, esse trabalho de imaginação implica uma descentralização em relação a si próprio.” Loriga acrescenta que:

poderíamos dizer que o eu do historiador não é uma substância, dada a priori, mas uma aspiração ou mesmo um lugar de trabalho. Para desenvolver uma “boa subjetividade”, o historiador deve renunciar aos sonhos de ressurreição do passado, aceitar que vive em um terceiro lugar, o qual não coincide nem com o presente, nem com o passado, e reconhecer que a contemporaneidade não é uma condição, um estado, mas uma experiência, inacabada e inacabável, de redução da alteridade. (LORIGA, 2012, p. 257).

E aprofundando a análise sobre a distinção da “boa” ou “má” subjetividade em relação ao que LOPES defende da *verdade sem afeição* Ricœur (2000) afirma:

A história é movimentada tanto por uma vontade de conhecimento quanto por uma vontade de explicação. O historiador vai aos homens do passado com sua experiência humana própria. O momento em que a subjetividade do historiador toma um relevo surpreendente é aquele no qual, para além de

<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/plebeu/11478/>. Acesso em: Jan. 2015.

⁶ “*Pathos* (do grego que significa paixão, excesso, catástrofe, passagem, passividade, sofrimento, assujeitamento, sentimento e ligação afetiva). “O conceito filosófico (Descartes) para designar tudo o que se faz ou acontece de novo é geralmente chamado de *pathos*. Conceito relacionado a padecer, o que é passivo de um acontecimento, padece deste mesmo. Não existe *pathos* senão na mobilidade e na imperfeição. Transliterado como *pata*, *patia* e *pato* para as línguas neolatinas e anglo-saxãs, prefixos e/ou sufixos (terminologias como *apatia*, *empatia*, *patogênese*, *psicopatía*, *telepatía*, etc). *pathos* não significa doença, mas tem sido usada para abordar a temática.” Fonte: <http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/etimologia-da-palavra-pathos/>. Acesso em: Jan. 2015.

toda cronologia crítica, a história faz surgir os valores de vida dos homens de outrora. Essa evocação dos valores [...] não é possível sem que o historiador seja, vitalmente, ‘interessado’ nesses valores e tenha com ela uma afinidade profunda (RICOEUR, 2000, p. 31).

Com suporte em tais premissas, ressaltando o considerável lapso temporal de seiscentos anos que nos separa de LOPES, não se pode negar a “atualidade” de sua postura “historiográfica” em relação ao posicionamento da historiografia contemporânea, respeitando obviamente os diferentes e respectivos contextos. Ao concluir seus estudos sobre o referido tema Loriga (2012) defende que o “*eu* do historiador não é uma substância, dada a priori, mas uma aspiração ou mesmo um lugar de trabalho.” E sobre o desenvolvimento de uma “boa subjetividade”, muito próximo das orientações de LOPES, quanto aos riscos da influência da “afeição” no relato da história, Loriga conclui que:

o historiador deve renunciar aos sonhos de ressurreição do passado, aceitar que vive em um terceiro lugar, o qual não coincide nem com o presente, nem com o passado, e reconhecer que a contemporaneidade não é uma condição, um estado, mas uma experiência, inacabada e inacabável, de redução da alteridade. (LORIGA, 2012, p. 257).

No primeiro Prólogo, que abre a primeira parte da Crônica estudada, Guimarães, (2004), observa que LOPES “trata de D. João propriamente dito em um parágrafo apenas, o que conclui o texto, mas em todo o momento o cronista nos lembra da importância de se observar a verdade sem afeição.” E, continuando Guimarães destaca as lições do cronista sobre os perigos da afeição no relato da história:

Isto no momento em que está pronto para registrar o perfil do patrono da dinastia que o sustenta, ou seja do pai do monarca que o beneficiou dando-lhe o ofício de colocar em crônica os reis que em Portugal foram. Ao realçar a importância de não misturar o registro da verdade com a afeição, Fernão Lopes nos diz claramente que não faz tal coisa, e que, portanto, a sua versão dos fatos é fidedigna. (GUIMARÃES, 2004, p. 161).

Outro autor que defende esta mesma opinião é Sousa (2004), no sentido de que um dos métodos cultivados de “ordenar, recontar ou fazer” a história de Portugal, por LOPES, “em estado de depuração que os anteriores ainda não conheciam”, ao mesmo tempo fiel com o “obrigatório elogio do cronista com a corte do biografado”, este autor nos relata da fundamental importância deste prólogo, como texto introdutório teórico e descritivo do

método que LOPES buscou incansavelmente, durante toda sua laboriosa carreira, e “que aqui refulge abundantemente”.

Vejamos nas palavras do próprio cronista, no prólogo da Crônica de D. João I, sobre este incansável labor:

Oh! Com quanto cuidado e diligência vimos grandes volumes de livros de desvaíadas linguagens e terras, e isso mesmo públicas escrituras de muitos cartórios e outros lugares, nas quais, depois de longas vigílias e grandes trabalhos, mais certidão haver não podemos do que a conteúda nesta obra. (LOPES. *Crônica de D. João I. Como se ordenam as histórias. Prólogo*).

E continuando a análise do prólogo temos as seguintes observações de Sousa:

Assim, desde o início textual, verificam os, através daquela necessidade *dordenar estorias*, que o método investigativo do cronista assenta num labor mental que procura transformar o caos em cosmos, a desordem em ordem. E esse caminho de fazer história pretende resguardar-se da *mundanall afeição* que fomenta a *favoreza* (...) e tolhe a verdade: é de uma lucidez avassaladora o consabido passo em que Fernão Lopes, logo no fim do primeiro parágrafo, fala da *comformidade* do entendimento do homem com a sua terra, o que impede que qualquer cena seja *dereitamente rrecomtada*. Por isso, o relato de alguém preso a essa conatural *mundanall afeição* à terra de nascimento ou à Pátria sofre de falta de objectividade, *por que louvandoa, dizem sempre mais daquello que he; e sse doutro modo, nom escprevem suas perdas, tam minguadamente como aconteçerom*. (SOUSA, 2004, p. 2).

Para complementar o tema Nordin (2011) diz que “o próprio cronista admite que o acontecimento poderá adquirir feições diferenciadas de acordo com o historiador que efetuar sua narrativa, dependendo de sua *mundanall afeição*.” Aspectos que nos remete a noção da plena consciência do fato de que o historiador é detentor da capacidade de “moldar o evento conforme determinadas tendências ou conforme sua própria visão de mundo”.

Finalizando este primeiro capítulo de análise do cronista sob a perspectiva das suas fontes narrativas, tanto do seu contexto político, e relações de poder e tradição cultural do período por ele vivido, como na construção da sua biografia, e passando pela sua formação intelectual e cultural, sobretudo em razão do notório reconhecimento da escassez documental, foi possível a localização de indícios esclarecedores e úteis na elucidação e caracterização do tema pesquisado, que é o compromisso de LOPES com a verdade.

Após a exposição e análise dos itens integrantes deste capítulo, ou seja, *homem de saber plebeu, os anos do interregno em Portugal, a construção do método e mundanall*

afeiçom, acreditamos que foi possível uma melhor compreensão da composição e estruturação da obra, bem como na verificação dos seus processos de trabalho e de produção.

Apesar da origem humilde ou de plebeu, com a demonstração prática de formação intelectual, formal ou não, mas bastante considerável para aquele período, o cronista conseguiu destacada ascensão social, integrando a corte dos reis de Portugal. A severa crítica das fontes e materiais disponíveis do seu método, e a confrontação dos fatos e contradições rompeu definitivamente a tradição medieval, distinguindo história de ficção. Seus textos produzidos sob a influência de um período bastante conturbado, tanto sob o ponto de vista estrutural, em razão dos profundos impactos da Guerra dos Cem Anos, do Grande Cisma do Ocidente, e pela Peste Negra, como da conjuntura caótica da Crise portuguesa ou *interregno*.

Fundamentado com tais referências julgamos melhor aparelhados para a discussão do próximo capítulo, que aborda a Crônica de D. João I, especificamente sob dois ângulos, o seu Prólogo onde se encontram os principais elementos determinantes da mudança do gênero crônica, e o patrocínio da obra, em razão do financiamento para a redação das crônicas dos reis portugueses, e a relação de fidelidade na busca da verdade pelo cronista, nos termos e conceitos do referido período histórico.

3 CAPÍTULO 2 - A CRÔNICA DE D. JOÃO I

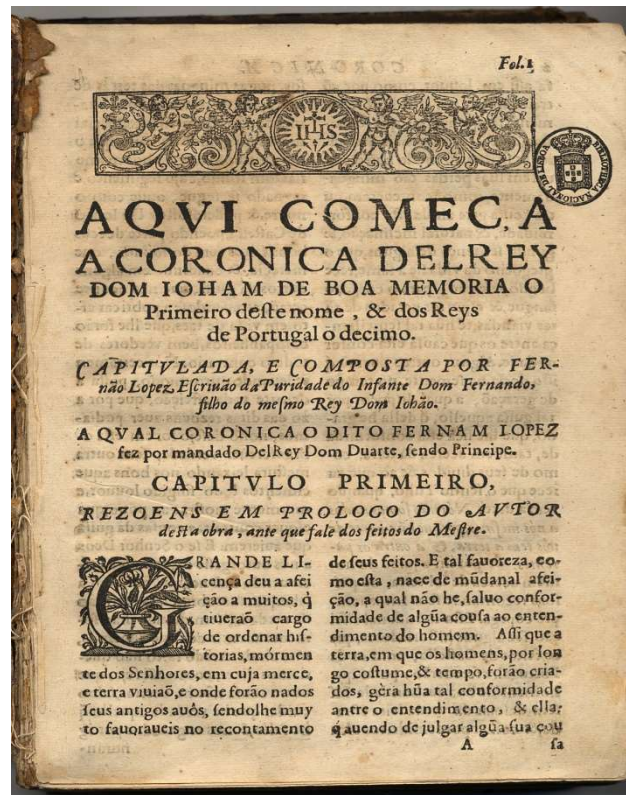


Figura 2. Fac-simile: Imagem da Crônica de D. João I. ⁷

Fonte: <<http://ttonline.dgarq.gov.pt>>

De acordo com os estudos de Cidade (1968), a Crônica de *D. João I* (1443) é dividida em três partes, sendo as duas primeiras “certamente” escritas por LOPES e a terceira terminada por Gomes Eanes de Zurara.⁸ Impressa em Lisboa pela primeira vez, em 1644, esta obra não foi concluída por LOPES, a primeira parte, vai do *interregno* entre a morte de D. Fernando e a eleição de D. João I, a segunda parte, do reinado de D. João I até 1411, não se sabe se terá legado manuscritos para a terceira parte, redigida pelo seu sucessor, Zurara, e conhecida como *Crônica da Tomada de Ceuta* (EFFGEN, 2009).

O primeiro volume da crônica é composto por 193 capítulos e o segundo por 203 capítulos, ambos possuem prólogos. Os três temas ou fatos na história portuguesa que mais se

⁷ Fac-simile: Imagem da Crônica de D. João I. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Tesouros. Fonte: <<http://ttonline.dgarq.gov.pt>>. Acesso em: Jan. 2015.

⁸ Gomes Eanes de Zurara (1410 – 1474), Guarda-Conservador da Livraria Real, (1451), e depois de Fernão Lopes, em 1454, foi Guarda-mor da Torre do Tombo. Nas suas crônicas, sem deixar de ser probo, fixa-se na apreciação das grandes figuras, espelhando heroísmo e feitos paradigmáticos, exaltando o valor das épicas personagens de que se ocupa. Fonte: <http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=92>. Acesso em: Jan. 2015.

destacam nesta crônica são: a eleição do mestre de Avis como rei de Portugal, seu caráter messiânico e a Sétima Idade em Portugal.⁹

3.1 PRÓLOGO¹⁰

Inicialmente oportuno o registro de que o prólogo, nos sentidos analógicos e funcionais, remete-nos a noção aristotélica descrita na Poética de Aristóteles, distinguindo as partes que compõem a tragédia (prólogo, episódio, êxodo e coral). Segundo BEAU (1959) "os prólogos representam por si mesmo determinado gênero literário, que passou do Proêmio do esquema dispositivo da Retórica antiga para a historiografia medieval" e que "não podem ser isolados das Crônicas". Assim sendo os prólogos de LOPES mostram-se como um "clarificador da leitura" criando horizontes e despertando estratégias de decodificação, com objetivo da verificação prospectiva e o estabelecimento de unidade e equilíbrio das suas obras.

Considerando que o objeto de análise desta dissertação, com ênfase na história da Península Ibérica Medieval Portuguesa, concentra-se nos elementos constituintes da Crônica *D. João I*, de LOPES, necessário se faz a eleição do seu prólogo, onde se situam os principais elementos determinantes da mudança do gênero crônica e possibilitar a verificação da sua categoria da História.

Cada um dos prólogos das crônicas de D. Pedro, D. Fernando e das duas partes de D. João I, cumprem objetivos específicos, sendo que o foco de nossa pesquisa restringe-se ao Prólogo da primeira parte desta crônica, conforme será justificado. De acordo com Saraiva (1977) trata-se de "um documento notável que desvela uma heurística de labor beneditino, com incisivos avisos de colação de fontes e informações, bem como uma preocupação investigativa fora de época." Introdução que LOPES deixa transparecer seu "escrúpulo pela utilização de materiais de confiabilidade comprovada, nela se cifrando uma inovadora concepção de história e uma grácil técnica narrativa."

⁹ A fonte utilizada para pesquisa é do acervo digital da Biblioteca Nacional Portuguesa disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://purl.pt/416>. Acesso em: Jan. 2015.

¹⁰ "Prólogo (do grego *πρόλογος* - *prólogos*, pelo latim *prologos*, o que se diz antes) é um termo originalmente usado na tragédia grega para a parte anterior à entrada do coro e da orquestra, na qual se enuncia o tema da peça. Tornou-se também sinônimo de prefácio, preâmbulo, proêmio, prelúdio e promônio. Devido a esta função de apresentação, também na narrativa literária o prólogo passou a denominar um texto que precede ou apresenta uma obra, como por exemplo em crônicas." Fonte: Verbete "prólogo" no Dicionário de termos literários, p.371, por Massaud Moisés, 11.ª edição, Editora Cultrix, 2002, 520 páginas (ISBN 8531601304, ISBN 9788531601309) No Google Books. Acesso em: Fev. 2015.

Os dois Prólogos da Crônica de *D. João I* são dedicados ao rei, e de acordo com Guimarães (2004) “é no primeiro prólogo, que o cronista expõe o seu objetivo e método de história inovador para a época.”

O cronista já inicia o texto, como podemos observar abaixo, demonstrando a necessidade de colocar a história em ordem, ou "dordenar estorias", seu método tem como princípio o esforço para organizar o caos, ou a colocar ordem na desordem. Também já deixando explícitos os perigos iminentes de possível favorecimento no “recontamento dos feitos” comprometido em relação com os laços familiares, com a terra de nascimento ou à Pátria e as mercês recebidas. É o primeiro conselho para o itinerário na elaboração de sua tarefa de cronista, com o necessário resguardo do que denomina como *mumdanall afeição* frente à pretendida verdade. Vejamos:

Grande licença deu a afeição a muitos que tiveram o carrego de ordenar histórias, mormente dos senhores em cuja mercê e terra viviam e onde foram nados seus antigos avós, sendo-lhe muito favoráveis no recontamento de seus feitos, e tal favoreza como esta nasce de mundanal afeição, a qual mais não é salvo a conformidade dalguma coisa ao entendimento do homem. (LOPES. *Crônica de D. João I - Como se ordenam as histórias. Prólogo*).

Sobre esta célebre defesa da verdade que o cronista expõe no Prólogo da Crônica de D. João I, Nordin (2011) compara “a forma que o cronista estabelece com o leitor como o mesmo pacto vigente na relação entre o tabelião e seu cliente. Ele atesta, pela força de seu cargo oficial, a veracidade dos fatos e documentos, embora o cronista saiba que nem sempre é possível afirmar a verdade com a mesma autoridade que o notário”. Assim como da necessidade de tomar decisões diante das lacunas deixadas pela falta de fontes. Reforçando o cuidado e a diligência na seleção das suas fontes, e a “demonstração de segurança de não se deixar trair pelas “armadilhas” da afeição a terra ou às gentes.”

Esta é a lucidez de LOPES, alertando sobre a "conformidade" do entendimento do homem com a sua terra, pode impedir que qualquer cena seja "dereitamente recontada". O relato de alguém preso a essa natural "mumdanall afeição" pode perder a objetividade, porque louvando, dizem sempre mais daquilo que aconteceu. Vejamos o seguinte fragmento deste prólogo:

E assim é que a terra em que os homens por longo costume e tempo foram criados gera uma tal conformidade entre o seu entendimento e ela, que havendo de julgar alguma sua coisa, tanto em louvor dela como em seu contrário, nunca por eles é diretamente recontada, porque louvando-a,

dizem sempre mais do que aquilo que é, e se doutro modo, não escrevem suas perdas tão mingudadamente como aconteceram. (LOPES. *Crônica de D. João I - Como se ordenam as histórias. Prólogo*).

Maleval (2010) também vem reforçar tal tese no sentido de que é no “prólogo, em que LOPES expõe as fórmulas que regem *a priori* a sua concepção da história (imparcialidade, busca de provas que certifiquem dados e negação da formosura no discurso).”

Complementando o tema, Guimarães (2004) destaca ainda que “o cronista não nos diz que é desprovido de afeição, mas que pode realizar o seu trabalho não se deixando toldar por ela,” quando reitera o objetivo do cronista descrito no citado prólogo, de “mostrar nuamente ao povo as puras verdades.” Guimarães cita, na abertura deste mesmo prólogo, onde LOPES diz que a *mundanall afeição* foi à causadora do desvio da “direita estrada, e correr per semideiros escusos” de alguns historiadores quando escreveram os feitos de Castela e de Portugal. Analisando mais um trecho do prólogo temos seguinte:

Nós certamente levando outro modo, posta de parte toda afeição que por azo das já ditas razões haver podíamos, nosso desejo foi nesta obra escrever verdade, sem outra mistura, abandonando nos bons acontecimentos todo o fingido louvor, e nuamente mostrar ao povo quaisquer coisas contrárias da guisa que avieram. (LOPES. *Crônica de D. João I - Como se ordenam as histórias. Prólogo*).

Para Effgen (2009) a consciência e a singularidade da forma de narrar, também fica evidente na afirmação do referido prólogo da primeira parte da crônica de *D. João I*, quando o próprio cronista assim nos fala do seu estilo de escrever: “E porque e começou de cada huun reynado costumemos de poer parte das bondades de cada hu Rei, não desviando da hordem primeira tall modo quiséramos ter om este;” Em termos estilísticos, essa forma de narrar e as epígrafes uma vez comparadas fornecem um poderoso argumento e de difícil contestação.

Encerrando a análise do prólogo, com a citação abaixo transcrita, registramos indícios seguros da existência de um discurso histórico em LOPES, e que de acordo com os estudos de Nordin (2011) “cuja abrangência é vasta, sua obra atesta a intencionalidade de uma teoria da História, algo incomum literatura da baixa Idade Média ocidental.”

Mas nós, não curando de seu juízo, deixados os compostos e enfeitados razoamentos que muito deleitam aqueles que os ouvem, antepomos [10] a simples verdade que a aformosentada falsidade. Nem entendais que certificamos coisa salvo de muitos aprovada, e por escrituras vestidas de fé, doutra guisa, antes nos calaríamos do que escrever coisas falsas. Que lugar

nos ficaria para a formosura e o enfeite das palavras, se todo o nosso cuidado nisto despeso não abasta para ordenar a nua verdade? (LOPES. *Crônica de D. João I - Como se ordenam as histórias. Prólogo*).

Com certeza podemos afirmar que LOPES foi responsável pela produção de uma nova fase da escrita da história no ocidente, assim como foi o primeiro a desenvolver tal perspectiva em Portugal.

3.2 PATROCINADORES DAS OBRAS

Antes da abordagem deste item entendemos pela necessidade do estabelecimento de algumas premissas que serão úteis para melhor entendimento sobre o patrocínio das obras e “direito autoral” no período em que a *Crônica de D. João I* foi escrita (1443).

Segundo Fonseca (2011) mesmo considerando que a criação artística seja tão antiga quanto à civilização, o direito autoral¹¹ é um instituto jurídico bastante recente. Ou seja, apesar do ser humano sempre haver exercido seu poder criativo, apenas a partir do século XVII é que os direitos dos autores passaram a ser tutelados juridicamente.

Na Idade Média, segundo Menezes (2007):

A Igreja era a maior responsável pela preservação e produção de obras intelectuais e artísticas. Os monges, seguindo o ideal beneditino do *ora et labora*,¹² realizavam cópias, compilações, traduções e comentários das obras da Antiguidade. No entanto, tais trabalhos também eram objetos pouco difundidos, pois permaneciam sob a guarda dos mosteiros. (MENEZES, 2007, p. 22).

Para esta autora os mecenas financiavam e sustentavam escritores e artistas em geral, “monarcas e cidadãos abastados que os mantinham em suas cortes com suntuoso tratamento e lhes encomendavam obras para enfeitar as casas dos nobres, os templos, as cerimônias

¹¹ “Direito autoral ou direitos de autor são as denominações empregadas em referência ao rol de direitos dos autores sobre suas obras intelectuais, sejam estas literárias, artísticas ou científicas. A doutrina jurídica clássica classifica como direitos de natureza pessoal e patrimonial, também denominados direitos morais e direitos patrimoniais. Existem duas tradições jurídicas: a *civil law*, de origem romano-germânica e a *common law*, de origem anglo-saxônica. O *copyright* foi originado dentro das tradições da *common law*, enquanto o *Droit d'auteur* na tradição jurídica do *civil law*, e apesar de serem muito semelhantes, existem diferenças significativas entre os modelos.” Fonte: <http://www.ecad.org.br/pt/direito-autoral/o-que-e-direito-autoral/Paginas/default.aspx>. Acesso em: Fev. 2015.

¹² *Ora et labora* (reza e trabalha), uma das regras dos Beneditinos - São Bento (em latim, Regula Benedicti ou RB), escrita por Bento de Núrsia no século VI, é um conjunto de preceitos destinados a regular a vivência de uma comunidade monástica cristã, regida por um abade. Fonte: <http://www.cristianismo.org.br/regra-01.htm>. Acesso em: Fev. 2015.

públicas”. Como neste período não existia direito autoral e patrimonial, a compensação dos autores, além da proteção era o reconhecimento e a fama.

Oportuno acrescentar que a questão do direito autoral já era motivo de questionamento no século XVI por Damião de Góis,¹³ em relação à produção literária de Rui de Pina¹⁴ (PUTINATO, 2007).

A crítica de Góis, de acordo com França (2003) tem como fundamento indícios de que Rui de Pina “tenha se apropriado das crônicas de LOPES dos primeiros reis de Portugal e lhe ter roubado o reconhecimento pelo trabalho de elaboração”. Importante ressaltar que mesmo se tratando da produção literária quinhentista podemos encontrar questionamentos em relação ao “problema da originalidade e da autoria.” O que pode ser confirmado quando França nos diz que “no cerne da sua acusação, vemos uma forte preocupação com a autoria dos textos, ou seja, da criação e responsabilidade pelos escritos.”

Para Putinato (2007), independente do julgamento da “veracidade ou da falsidade da tese de Damião de Góis, de que houve uma apropriação dos textos de LOPES por Rui de Pina”, mais uma vez deve ser ressaltado que o “uso que Pina faz de textos anteriores, uso que Góis julgou ilegítimo, deve ser contemplado frente aos valores quinhentistas.” Reforçando tal tese Putinato nos diz que:

a ideia de cópia era de certa forma legitimada na Idade Média, época em que Rui de Pina escreveu. Até mesmo Fernão Lopes se refere ao seu trabalho como o de ajuntador do que os seus antecessores deixaram escrito. Roger Chartier, ao refletir sobre a questão da função do autor, coloca que, na Idade Média, a originalidade não era fundamental, fosse porque o que era visado era a transmissão da Palavra Divina, fosse pelo apego à tradição. Ou seja, uma tal concepção do fazer histórico, que não descarta o uso de textos alheios, era aceitável ou ao menos não despertava incômodo nos homens medievais. (PUTINATO, 2007, p. 25).

Os artistas patrocinados pelos mecenas não tinham qualquer direito sobre suas obras, o que era comum na Idade Média. Segundo os estudos de Hammes (2002) “era usual a

¹³ “Damião de Góis, (1502- 1574), historiador e humanista português, relevante personalidade do renascimento em Portugal. De mente enciclopédica, foi um dos espíritos mais críticos da sua época, verdadeiro traço de união entre Portugal e a Europa culta do século XVI.” Fonte: <http://www.geocities.ws/atoleiros/Damiao.htm>. Pesquisa em março de 2015.

¹⁴ “Rui de Pina, (1440-1522), cronista e diplomata português. A serviço de D. João II, incumbido de várias missões diplomáticas, principalmente a representação dos interesses portugueses em Barcelona, após a viagem de descoberta de Colombo, (Tratado de Tordesilhas).” Fonte: <http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=119>. Acesso em: Fev. 2015.

utilização de qualquer tipo de literatura independente da autoria ou fonte, na maioria das vezes reescritas sob outra autoria, inclusive pinturas e gravuras não eram assinadas.

Ratificando a mencionada estrutura do mecenato na Idade Média transcrevemos o seguinte trecho das pesquisas de Moreira (2013):

Tudo indica, portanto, que a Crónica de 1419 foi redigida por um/a mando de um dos filhos de D. João I (da famosa «íncrita geração»), pelo que o problema da sua autoria talvez devesse, a rigor, circunscrever-se à identidade desse Infante, considerado, à maneira medieval, autor de uma obra porque a encomendou, patrocinou ou supervisionou e independentemente de qual o indivíduo que concreta e efectivamente a redigiu. É claro que entre esta etapa inicial (cronológica e conceptualmente falando) de recolha de fontes e a realização final da sua própria obra, se interpõem processos de escrita vários e os consabidos factores de tempo, espaço e coordenadas mentais dele e de quem o patrocina, aspectos que, e como também sucede com qualquer outra obra historiográfica da época, diferenciam e singularizam o texto saído das suas mãos. (MOREIRA, 2013, p. s/nº).

Para Michelan (2009) a diretriz da crônica medieval quase sempre é conduzida pelo tempo claramente cronológico, “definido pelos eventos e, da mesma forma, projetiva, já que as crônicas visam dar exemplos para a posteridade, ou seja, tem uma perspectiva tanto memorialista quanto moralista.” E sob tal aspecto era de grande interesse da realeza e cidadãos abastados controlar a utilização do instituto do mecenato como forma de perpetuação da memória e da legitimação das dinastias.

Especificamente sobre LOPES e suas crônicas, Fernandes (2012) diz que já se encontra pacificado na historiografia portuguesa que se trata de um trabalho realizado pelo (e para) o então Infante e depois rei D. Duarte, “o qual poderia até ter colaborado na sua redação, não apenas como patrocinador, mas sim como um coordenador ativo de uma equipe de autores e também um selecionador de fontes documentais e narrativas”. Afirmção esta em razão do conhecido gosto pela história e dos interesses intelectuais deste monarca.¹⁵

Concluindo nossa abordagem sobre o patrocínio da obra de LOPES resta claro, que na medida em que a Igreja, aos poucos, deixa de ter exclusividade pela preservação e produção de obras intelectuais e artísticas, as dinastias dos reinos europeus que iniciam sua formação naquele período, assumem parte desta responsabilidade. Sobre tal tema Coser (2016), complementa que:

¹⁵ “Duarte I de Portugal (1391-1438) décimo-primeiro Rei de Portugal, cognominado *o Eloquentes* (interesse pela cultura e pelas obras que escreveu (*Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, preparava uma revisão da legislação portuguesa quando morreu, vítima da peste).” Fonte: www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/duarte.html. Acesso em: Fev. 2015.

Assim, surge a função de cronista oficial do reino, da qual se ocupará Fernão Lopes, seguido por Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. A primeira compilação histórica de origem portuguesa data da dinastia anterior, mas o que se verifica sob a dinastia de Avis é a produção sistemática das crônicas dos reis portugueses, encomendadas e financiadas por seus soberanos. (COSER, 2016, p. 69).

E neste contexto é possível afirmar, segundo Coser (2016), que o fato do rei D. Duarte ter tomado a iniciativa de financiar LOPES como cronista oficial do reino português, fica configurada, nos termos e conceitos do referido período histórico, o patrocínio ou financiamento, com a concessão de uma tença¹⁶ para que fosse realizada a tarefa de redação das crônicas dos reis portugueses.

Da análise do primeiro item deste capítulo que foi o Prólogo foi possível determinar elementos suficientes para afirmar que LOPES foi responsável pela produção de uma nova fase da escrita da história no ocidente, assim como foi o primeiro a desenvolver tal perspectiva em Portugal, método que alerta, dentre outros descaminhos, os perigos da formosura e do enfeite das palavras e das afeições, para ordenar a nua verdade.

Sobre o patrocínio das obras foi possível verificar a relação “patronal” entre LOPES e a corte de Avis, na incumbência da elaboração das crônicas, que mesmo sob a ótica do mecenato medieval de financiamento e sustentação dos escritores e artistas em geral, não deixa de representar possíveis riscos na apuração e escrita da nua verdade.

Após esta devida instrumentalização com os aportes oferecidos pela discussão dos referidos itens deste capítulo que aborda a crônica D. João I, podemos com maior segurança, dar o passo seguinte, que sem dúvida serão esclarecedores na abordagem do capítulo terceiro que trata da Dinastia de Avis.

¹⁶ “(...) por incumbência de D. Duarte, corre o ano de 1434, tem conhecimento oficial da função de dever escrever, como "vassalo de el-rei", com direito a tença de 14000 libras, as crônicas dos reis da primeira dinastia - e dizemos oficial, porque o cronista já o saberia oficiosamente desde 1418, data em que tomou conta do arquivo régio; posteriormente, a rainha regente D. Leonor subscreve a mesma tença, a qual virá a ser aumentada em 500 réis por D. Afonso V;” Escola Secundária *Emídio Navarro* - Viseu - Portugal. FERNÃO Lopes e o obstinado labor. http://www.esenviseu.net/Recursos/Download/Tema_6/FernaoLopes.pdf. Acesso em: Fev. 2015.

4 CAPÍTULO 3 - A DINASTIA DE AVIS

Entende-se oportuno, antes de abordar especificamente o presente capítulo, que trata da dinastia de Avis (1385 – 1580), necessário um breve regresso cronológico para apresentar um pequeno esboço da dinastia de Borgonha¹⁷ (1142-1385), que foi a primeira dinastia do reino de Portugal, entre os séculos XII e XIV, que antecedeu a de Avis.

A dinastia de Borgonha, conforme os estudos de Turci (2008) “foi responsável pela centralização política do reino português: conseguiu o reconhecimento de sua soberania perante os outros reinos europeus e o papado,” além de submeter à nobreza possuidora de terras, estabelecendo a primeira política tributária do reino para obtenção de lucros sobre os mercadores, como também foi responsável, dentre outras iniciativas, da retomada do território português ocupado pelos muçulmanos e a anexação do Algarve, ao sul de Portugal.

A primeira dinastia e Casa Real Portuguesa (Borgonha) teve início em 1139, quando D. Afonso Henriques (1109-1185),¹⁸ torna-se rei, como Afonso I de Portugal. A partir de cinco de outubro de 1143 a independência do reino português era reconhecida apenas pelo Reino de Leão e Castela, pelo Tratado de Zamora,¹⁹ Ou seja, o Condado Portucalense ganhava oficialmente a sua independência do reino a que pertencia (Leão), ainda que o seu soberano (Afonso I de Portugal) continuasse a prestar vassalagem a Alfonso VII (1105-1157))²⁰ enquanto imperador, sob título *Imperator totius Hispaniae*²¹ desde 1077 (SERRÃO, 1993).

¹⁷ “A Dinastia de Borgonha, também chamada Afonsina (pelo elevado número de soberanos - quatro - com o nome de Afonso) foi a primeira dinastia do Reino de Portugal. Começou em 1096, ainda como mero condado (autonomizado em reino em 1139-1143) e terminou em 1383, nove governantes sucedidos em linha familiar desta dinastia . A Dinastia de Borgonha foi a primeira do Reino de Portugal, havendo outras do mesmo nome na Europa mas sem origem comum.” Fonte: <http://www.historiadeportugal.info/dinastia-de-borgonha/#sthash.kKD2CJ30.dpuf>. Acesso em: Fev. 2015.

¹⁸ D. Afonso I (1109 - 1185), ou Afonso Henriques e ("o Conquistador", "o Fundador" e "o Grande"), primeiro Rei de Portugal de 1139 a 1185, filho de Henrique, Conde de Portucala e sua esposa Teresa de Leão, que serviu como sua regente durante sua minoridade entre 1112 até 1126. Fonte: *D. Afonso Henriques». Porto Editora. Infopédia*. Pesquisa em março de 2015.

¹⁹ “No dia 5 de Outubro de 1143 foi assinado em na cidade leonesa de Zamora, um tratado entre os reis D. Afonso Henriques de Portugal e D. Afonso VII de Leão e Castela do qual resultou a paz entre os dois reinos. A partir desta data, o rei de Leão e Castela reconhece o rei e o reino de Portugal como entidades independentes, contudo, salvaguarda o facto de o reino de Portugal, continuar sob a alçada do monarca espanhol, como seu imperador (Imperatore)”. Fonte: J. Veríssimo de Serrão, Administração e Sociedade”, História de Portugal, vol. I, Lisboa, Verbo. 1993. Acesso em: Fev. 2015..

²⁰ “Afonso VII de Leão e Castela, *o Imperador* (1105 - 1157), primeiro rei da casa de Borgonha: rei da Galiza a partir de 1111, rei de Leão a partir de 1126, rei de Castela e de Toledo a partir de 1127, e imperador da Hispânia a partir de 1135. Filho de Raimundo de Borgonha, conde da Borgonha e de Urraca I de Leão e Castela, filha do rei Afonso VI de Leão e Castela e de Constança da Borgonha. O seu reinado caracterizou-se pela tentativa de hegemonia de toda a Península Ibérica, fracassada pela independência de Portugal, pela criação da Coroa de Aragão e pela resistência moura ao invasor cristão.” História Genealógica da Casa Real Portuguesa, D. António Caetano de Sousa, Atlântida-Livraria Editora, Lda, 2ª Edição, Coimbra, 1946.

Para Ferreira (2013), tal vassalagem e possível “rivalidade” de Afonso I de Portugal e Afonso VII, como imperador de toda Hispânia, a *Chronica Adefhonsi Imperatoris*,²² mostra o contrário, no sentido de que o Imperador nunca exigiu vassalagem do rei Portugal, e que entre eles (Afonso Raimundes e Afonso Henriques), “apesar das rivalidades territoriais, revela-se uma afinidade natural nascida da circunstância de serem ambos filhos e herdeiros directos de rainhas e não de reis, e de terem como figura chave da sua legitimidade Afonso VI (1643-1683), apelidado de "o Vitorioso", foi, avô de ambos.” Ainda, segundo Ferreira, pesquisadora da História de Portugal na *Chronica Adefhonsi Imperatoris*, temos o seguinte:

A crónica parece mesmo fazer uso desta coincidência para respaldar a posição do Imperador. Subliminarmente, desenha-se assim uma aliança entre Afonso VII e o seu jovem primo, no âmbito da qual se afigura ser da conveniência do Imperador preservar a soberania do rei de Portugal no território que lhe pertence por doação do avô, embora sem lhe admitir desafios fora da respectiva fronteira. (FERREIRA, 2013, p. 45).

Afonso I, com muita habilidade, encaminha ao papa Inocêncio II (1160 -1216) a carta *Clavis Regni*²³ ou Chaves do Reino, declarando o Reino Português “tributário da Santa Sé,” ao mesmo tempo em que reclama para a nova monarquia a proteção de Roma (SOARES, 1979). A concessão da proteção ou "liberdade romana" a um mosteiro, diocese, ou reino, pelo papa na Idade Média, tinha como prerrogativa a isenção dos poderes civis ou eclesiásticos do local a que antes estava sujeito, e reconhecendo para o futuro, apenas a autoridade do Sumo Pontífice (SERRÃO, 1993).

²¹ “¿Fue Alfonso VI el primer rey en denominarse "Imperator Totius Hispaniae"? No. Con este título ya firmaban los monarcas de los reinos de Asturias y León, como sucesores de los reyes visigodos, que "mandaban" en Hispania como delegados del poder político de Roma. Recordemos que entraron en la península mediante un "foedus", un pacto suscrito entre el rey Valia y el emperador Honorio, y que esta situación se mantiene hasta la caída del Imperio Romano de Occidente, momento en el que los monarcas visigodos toman el relevo imperial y, para legitimar su cargo, anteponen a su nombre de pila (Wamba, Egila, etc.) el de Flavio, con el que rubrican el cuerpo de leyes del "Liber Judiciorum", que más tarde darían lugar al "Fuero Juzgo".

Fonte: <http://www.monografias.com/trabajos94/alfonso-vi-imperator-totius-hispaniae/alfonso-vi-imperator-totius-hispaniae.shtml#ixzz4B6szXH2H>. Acesso em: Fev. 2015.

²² “*Imperatoris Chronica Adefhonsi*, (latim) autor anônimo (entre 1153 e 1157), relaciona os fatos do reinado de Afonso VII de Leão e Castela (1126-1157), chamado *The Emperor*. É uma cortesã crônica, como se concentra em eventos da corte real, mas também contém uma riqueza de informações sobre outros eventos da época. Junto com *najerense Chronicle*, o *Chronicle legionense* (anteriormente chamado *silense*) e *História compostelana*, obra fundamental para a compreensão da história da Idade Média hispânica.” FRUTAS MONTANER, Alberto, "Introdução", o número "O *imperatoris Chronica Adefhonsi* e *Roderici História*: duas crônicas particulares do século XII" revista digital *e-Espanha*, nº 15, junho de 2013.

²³ As Chaves do Reino dos Céus (em latim na versão vulgata da Bíblia: *Claves regni caelorum*, também chamada de Chaves do Reino de Deus, Chaves do Céu ou Chaves de São Pedro é um termo utilizado na Bíblia, em uma afirmação de Jesus ao Apóstolo Pedro, em *Evangelho de Mateus*, 16:19. Fonte: http://www.vatican.va/archive/bible/nova_vulgata/documents/nova-vulgata_nt_evangel-atthaeum_lt.html#16. Acesso em: Mar. 2015.

Portanto a declaração de vassalagem ao papa pelo monarca português significava, no contexto medieval, que um vassalo não podendo ter dois senhores, conseqüentemente ao prestar vassalagem a Roma, o rei português estaria desobrigado da vassalagem ao rei de Castela e Leão.

De acordo com as pesquisas de Pereira (1979), em 1179 o papa Alexandre III (1100 - 1181), através da Bula *Manifestis Probatum*,²⁴ confirma e reconhece a Portugal como reino independente e soberano protegido pela Igreja. Esta bula foi “concedida por um dos papas mais cultos da Idade Média, professor de direito e de teologia, cujas teorias do poder papal aplica depois de eleito Papa. Alexandre III exerceu uma influência incontestável na Europa do seu tempo.” Pereira ainda afirma que:

A suzerania papal era um facto em relação aos Estados da Europa e a autoridade da Santa Sé aumenta consideravelmente durante o pontificado de Alexandre III. D. Afonso Henriques tomando-se tributário da Santa Sé e prestando vassalagem ao Papa, obteve o apoio necessário e indispensável na época para garantir uma independência já adquirida de facto, mas ainda não confirmada expressamente pela *única* autoridade que podia conceder-lha. (PEREIRA, 1979, p. s/nº).

Com a separação dos reinos Afonso I empreendeu uma política de consolidação da independência de Portugal, principalmente junto ao papado de Roma, com significativas doações à Igreja e a fundação de diversos conventos.

Portanto a dinastia de Borgonha começou em 1096, ainda como Condado Portucalense, elevado a reino por Afonso I, teve nove monarcas sucedidos em linha familiar e termina em 1383, com a morte de D. Fernando, quando a linha sucessória desta Dinastia é considerada “quebrada” ou interrompida diante da inexistência de herdeiros legítimos (masculino), quando o reino entra em crise, com a ameaça de anexação pelo reino de Castela (TURCI, 2008).

Como relata Turci:

a soberania portuguesa se viu ameaçada em 1383, quando morreu d. Fernando, sem deixar herdeiro homem ao trono, sendo que sua única filha era casada com d. Juan 1º, rei de Castela. Nessa situação, a nobreza portuguesa passou a defender que os castelhanos governassem o reino. Ao

²⁴ “Bula *Manifestis Probatum*, de 23 de Maio de 1179. "Concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistaste das mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos". Papa. Alexandre III.

mesmo tempo, contudo, os comerciantes do litoral (que queriam a manutenção da autonomia portuguesa) defendiam que d. João, Mestre de Avis, irmão ilegítimo de d. Fernando, fosse o novo rei. (TURCI, 2008, p. 2).

Com o início da 3ª Guerra entre Castela e Portugal,²⁵ que foi vencida pelos portugueses, com a ajuda dos ingleses,²⁶ no final da dinastia de Borgonha, a nova família real, a dinastia de Avis, além de receber amplo apoio dos mercadores portugueses, passava a governar um Reino centralizado e bem administrado. Esses foram um dos mais importantes fatores que possibilitariam, no século seguinte, a expansão econômica portuguesa através dos mares.

4.1 MESTRE DE AVIS



Figura 3. D. João I (1357- 1433).²⁷

Fonte: Lissabon - Museu Nacional de Arte Antiga.

²⁵ “Trata-se da terceira Guerra Fernandina caracterizada pela disputa do trono de Castela entre Fernando I de Portugal e Henrique II de Castela (e depois, com o filho deste, João I de Castela), na sequência do assassinato de Pedro I de Castela por Henrique, seu meio-irmão. As Guerras Fernandinas podem ser divididas em três fases: entre 1369-1370, 1372-1373 e 1381-1382. Cada um desses três períodos de guerra terminou com um tratado de paz: o Tratado de Alcoutim (1371), o Tratado de Santarém (1373) e o Tratado de Elvas (Agosto de 1382)”. Fonte: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-portugues---o-reino-de-portugal-da-guerra-da-reconquista-a-dinastia-de-avis.htm>. 2008. Acesso em: Mar. 2015.

²⁶ “Após a Guerra dos 100 anos (1337 a 1453) e a nova política da Europa, continuava a rivalidade entre Inglaterra e França (ou o que viria a ser a França). Considerando que neste período (1385) Lisboa era um importante entreposto entre a Inglaterra e o Mediterrâneo, além das relações comerciais entre os dois reinos, Portugal se alinha com a Inglaterra, ficando assim definitivamente contra Castela e conseqüentemente também contra a França.” Fonte: Batalha de Aljubarrota <http://www.areamilitar.net/HISTbcr.aspx?N=7>. Acesso em: Mar. 2015.

²⁷ “D. João I (1357- 1433) " o de Boa Memória". Rei de Portugal e Algarve (1385-1433). Domínio público. Fonte: File: Anoniem - Koning Johan I van Portugal (1450-1500) - Lissabon Museu Nacional de Arte Antiga 19-10-2010 16-12-61.jpg. Criação: early século XV.” Acesso em: Mar. 2015.

A Ordem de São Bento de Avis, ou também Ordem de Avis²⁸ (denominada anteriormente de *Milícia de Évora* ou *Freires de Évora*)²⁹ era originalmente uma ordem religiosa militar de cavaleiros portugueses (ESTRELA, 2008).

De acordo com os estudos de Cunha (2009) a milícia dos freires de Évora (chamada Ordem de Avis depois de 1211), fundada entre 1175/76, por D. Afonso Henriques, ou “pelo menos por este apoiada, surge no contexto da Reconquista do território português.” A participação do rei português seguiu o exemplo dos monarcas dos reinos de Leão e Castela nas praças fortes de Calatrava³⁰ e Uclés,³¹ na criação de uma instituição de tipo monástico-militar.³²

Sobre o tema os estudos de Cunha indicam que:

De qualquer modo, pensamos que os primeiros cavaleiros eborenses terão sido portugueses, até porque o seu mestre (Gonçalo Viegas de Lanhoso) também o era, não nos parecendo, por isso, de aceitar a hipótese levantada por alguns autores segundo a qual um grupo de cavaleiros castelhanos da Ordem de Calatrava se terá implantado em território português, concretamente em Évora, onde terá fundado uma casa. Mas "genuinamente nacional" ou não, e tal como referiu M. Miguel de Oliveira, uma nova Ordem religiosa (e militar no caso vertente) teria dificuldade em ser reconhecida pela Santa Sé, motivo pelo qual terá procurado ligar-se a outra já devidamente aprovada pelo Sumo Pontífice. A escolha recaiu então sobre a Ordem de Calatrava, que, como os freires eborenses, professava a Regra de

²⁸ “A Ordem Militar de Avis é a mais antiga das Ordens Portuguesas e ocupa um singular espaço na História de Portugal, por ter dado o nome à segunda Dinastia. A actual Ordem tem origem na antiga Ordem Militar de S. Bento de Aviz, cuja fundação está envolta em lendas, que pretendem essencialmente demonstrar uma maior antiguidade que a da Ordem Militar de Calatrava, a cuja observância se cingiu a partir do final do século XIII.” ESTRELA, Paulo Jorge; *Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1824*, Tribuna da História, Lisboa, 2008.

²⁹ “Esta ordem parece ter tido origem em Castela, como ramo da Ordem de Calatrava, embora muitos historiadores afirmem sua criação em Portugal, no século XII, por D. Afonso Henriques. Em 1789 a Ordem de Avis foi secularizada, tornando-se uma ordem honorífica até sua extinção em 1910. A ordem foi refundada em 1917, como sucederia à Ordem Militar de Cristo no ano seguinte, e é presidida pelo seu grão-mestre, o Presidente da República Portuguesa.” ESTRELA, 2008. Op. Cit.

³⁰ Calatrava la Vieja, província de Ciudad Real, na comunidade autónoma de Castilla-La Mancha, na Espanha. Fonte: «Censo 2011». Instituto Nacional de Estadística (Espanha). Pesquisa em março de 2015.

³¹ Uclés é um município da Espanha na província de Cuenca, comunidade autónoma de Castilla-La Mancha, de área 65 km² com população de 257 habitantes (2007) e densidade populacional de 4,45 hab/km². Fonte: «Censo 2011». Instituto Nacional de Estadística (Espanha). Acesso em: Mar. 2015.

³² “Ordens, nascidas na Terra Santa (A primeira ordem a surgir foi a dos Hospitalários de São João de Jerusalém, conhecida sucessivamente pelos nomes de Ordem de Rodes e de Malta, e fundada, provavelmente, por um provençal de nome Martigues; o seu primeiro grão-mestre foi Raymond du Puy.) realização do sonho medieval de unir a fê e a guerra justa. Mas, pela sua própria natureza, provocaram uma ruptura grave no seio da Cavalaria secular. Ao retirar do século Cavaleiros de alta envergadura espiritual e temporal, muitas vezes originários de grandes linhagens, e votando-os ao celibato, estas ordens quebraram a unidade espiritual e física da Cavalaria secular, privando-a dos seus elementos mais dinâmicos susceptíveis de a manter, no seio do século, num quadro estritamente cristão.” Fonte: <http://medievalimago.org/2014/04/04/as-ordens-monastico-militares/>. Acesso em: Mar. 2015.

S. Bento, na reforma cisterciense, já adaptada a monges guerreiros. (CUNHA, 2009, p. 98).

Ainda sobre a origem da Ordem de Avis, Cunha (2009) relata que estas instituições monástico-militar estão intimamente relacionadas às cruzadas, e o Reino Português, fundado na primeira metade do século XII, não foi apenas contemporâneo das Cruzadas do Oriente, mas conduziu a sua própria guerra de cruzada contra os Mouros – a chamada Reconquista cristã.” Portanto foi neste contexto o surgimento das ordens dos Templários e dos Hospitalários na Terra Santa, ao mesmo tempo em que nasceu na Península Ibérica este mesmo tipo de ordem religiosa autônoma, de caráter supranacional, com o objetivo, dentre outros, da expulsão dos muçulmanos do seu território.

Na Península Ibérica temos a Ordem de Santiago, a Ordem de Alcântara e a Ordem de Calatrava. Esta última ordem, segundo Cunha (2009) “fundada em 1158, com auxílio do rei Sancho III de Castela (1134- 1158), foi logo confirmada por bula papal, adotando a regra de São Bento e a Constituição da Ordem de Cister.” Da Ordem de Calatrava viria a nascer, como braço autônomo no reino de Portugal, a futura Ordem de São Bento de Avis.

Portanto especificamente em Portugal, o mestrado da Ordem de São Bento de Avis é entregue pelo rei Pedro I a João, filho bastardo do seu relacionamento com a dama galega Teresa Lourenço, em 1364 (aproximadamente). Este foi o décimo oitavo mestre da ordem, deste a sua criação, e que mais tarde assumiria o trono português com o título de D. João I, e Mestre de Avis (1364-1387), após a morte de D. Fernando, agregando ao movimento de resistência contra a rainha viúva D. Leonor Teles de Menezes (1350-1386) e sua filha Beatriz de Portugal (1373-1412), legítima herdeira do trono, depois de vencer o rei castelhano João I (1358-1390) em Aljubarrota e declarado rei pelas Cortes de Coimbra em 1385 (CUNHA, 2009, p. s/nº).

Cunha (2009) destaca que assumindo o trono português, D. João I, efetivou a “integração do mestrado dessa ordem junto a Coroa de Portugal, quando foram nomeados membros da família real, ou nobres da inteira confiança do monarca, como foi o caso do primeiro grão-mestre após D. João, Fernando Rodrigues de Sequeira,” quando também ocorreu, “um maior afastamento face à Ordem de Calatrava,” (Castela).

A ascensão ao trono do Mestre de Avis levou a que lhe fosse concedida dispensa canônica para celebração do seu casamento, já que, nos termos da regra beneditina que a Ordem de Avis professava, em razão do juramento do voto de castidade por seus membros.³³

³³Arquivo Histórico da Presidência da República de Portugal. Fonte: h

Dispensa papal que possibilitaria o casamento de D. João I, em 1387, com D. Filipa de Lencastre (1359-1415), filha de João de Gaunt, Duque de Lencastre, do Reino Unido (1340-1399),³⁴ fortalecendo por laços familiares os acordos do Tratado de Aliança Luso-Britânica.³⁵

4.2 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO REINO

Antes da abordagem da construção da imagem do Reino de Portugal julgamos útil algumas considerações sobre a produção literária durante o período em que a dinastia de Avis ocupou o trono português. De acordo com Coser (2007) D. João, como primeiro rei da nova dinastia, inaugurou “um período de significativa produção literária no reino, manifesta na organização das bibliotecas reais, contratação de cronistas oficiais e produção de obras por parte dos próprios governantes.” Lembrando esta pesquisadora que o próprio rei é autor do *Livro da Montaria*,³⁶ “um detalhado manual ensinando como reconhecer os rastros de animais (recorrendo inclusive a ilustrações), quais as melhores armas e vestimentas para a caça e quais as relações adequadas entre os grandes senhores que lideravam as caçadas e seus subalternos.”

Coser (2007) destaca ainda que o sucessor de D. João ao trono, o primogênito D. Duarte (1433- 1438), escreveu o *Leal Conselheiro*,³⁷ “livro dedicado a orientar o bom cristão enfatizando a necessidade do comedimento e partindo de experiências pessoais do príncipe.”

<http://arquivo.presidencia.pt/details?id=36185>. Pesquisa em março de 2015.

³⁴ João de Gante (1340 - 1399) foi o quarto filho do rei Eduardo III de Inglaterra e de Filipa de Hainault. Duque de Lencastre (1362), através do casamento com a sua prima Branca de Lencastre. Duque da Aquitânia (1390) em razão da doação do sobrinho Ricardo II de Inglaterra. Fundador da Casa de Lencastre. Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JohnGaut.html>. Acesso em: Mar. 2015.

³⁵ “A Aliança Luso-Britânica, em Portugal conhecida vulgarmente como Aliança Inglesa, entre Inglaterra (sucédida pelo Reino Unido) e o Reino de Portugal é a mais antiga aliança diplomática do mundo ainda em vigor. Foi assinada em 1373, entre Eduardo III da Inglaterra e Fernando I e Leonor de Portugal, estabeleceu um tratado de “perpétua amizade e aliança” entre as duas nações marítimas. E única alternativa diante da pressão da Coroa castelhana, lançou também as bases da política externa portuguesa até à união das Coroas ibéricas. Fonte: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=505>.” Acesso em: Mar. 2015.

³⁶ “O Livro da Montaria foi escrito por D. João I (1357-1433), Mestre de Avis, após a conquista de Ceuta, no ano de 1415. O livro é um extenso tratado de caça ao javali que retoma uma tradição de escritos do mesmo gênero e que tiveram relativo sucesso em Portugal, como o conhecido tratado de Pero Menino, o Livro de Falcoaria. Como era comum nos escritos daquele tempo, o Livro da Montaria expressa opiniões pedagógicas que vão além da temática central do livro. Conforme o manuscrito nº 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa, foi publicado por Ordem da Academia das Ciências de Lisboa por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918. Fonte: <http://acervo.cedaph.org/items/show/1575>. Acesso em: Mar. 2015.

³⁷ “O *Leal Conselheiro* foi redigido na primeira metade do século XV, num tempo em que o país tomava consciência de si mesmo, o livro *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, é o reflexo de uma língua, um pensamento, uma cultura e uma identidade nacional em construção. A obra insere-se numa das épocas mais decisivas para Portugal, em termos políticos, sociais e culturais. Verdadeiro “documento vivo do século XV”, é considerado ainda um texto medieval, a todos os níveis, mas que testemunha já uma certa transição que se começava a fazer sentir na Europa e também do nosso país.” Fonte: <https://revistapontesdevesta.com/2015/04/06/sobre-d-duarte-e-o-seu-leal-conselheiro/>. Acesso em: Mar. 2015.

D. Duarte escreve também o *Livro da Ensinança do Bem Cavalgar Toda Sela*,³⁸ “em que explica os motivos pelos quais cavaleiros e escudeiros devem aprender a cavalgar bem e os recursos econômicos necessários para cavalgar corretamente, fornecendo ainda toda espécie de conselhos sobre a arte de cavalgar.”

O Infante D. Pedro, regente do reino quando da morte do seu irmão de D. Duarte (1438-1448), é autor do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*,³⁹ no qual expõe sua concepção de sociedade. Tais obras têm, sem dúvida, um caráter de literatura apologética, ascética e moral – como no caso do *Livro da Virtuosa Benfeitoria* e do *Leal Conselheiro* – e de tratado técnico – como o *Livro da Montaria* e o *Livro da Ensinança do Bem Cavalgar Toda Sela* – mas revelam, sobretudo um modelo a ser seguido, no qual o papel do rei assume importância singular (COSER. 2007).

Para Coser (2007), em quase um século de intensa produção literária que permeou os reinados de D. João a de D. Afonso V, caracterizando a primeira fase da dinastia de Avis, “deve ser compreendida dentro de um movimento mais amplo, completado pelas festas públicas e o teatro”.⁴⁰

Coimbra (2014) também concorda com Vânia Fróes, em relação à “produção desta ampla gama de livros, peças teatrais, festas, liturgias, funerais, torneios, enfim, espetáculos de natureza variada nos espaços do palácio régio ou nos espaços urbanos que rodeavam os palácios ou castelos,” vejamos o que diz Coimbra sobre o tema:

³⁸ “O *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* é um livro escrito por D. Duarte I de Portugal, deixado incompleto com a morte do rei em 1438. É um dos manuais mais antigos sobre hipismo e justa equestre medieval. Junto ao *Leal Conselheiro*, outro livro escrito por D. Duarte, o único manuscrito completo do *Livro de Bem Cavalgar* é mantido na Biblioteca Nacional da França, em Paris.” (Escrito pelo Senhor Dom Duarte, Rei de Portugal e do Algarve e Segnhor de Ceuta, transcrito do manuscrito extante na Biblioteca Real de Paris, Typ. Rollandiana, Lisbon, 1943). Fonte: https://pt.wikisource.org/wiki/Anexo:Ficha/Livro_da_ensinan%C3%A7a_de_bem_cavalgar_toda_sella. Acesso em: Mar. 2015.

³⁹ “O *Livro da virtuosa benfeitoria* é uma obra fundamental no plano da cultura, da literatura e da língua portuguesas do século xv: não se trata, como é já sabido, de uma simples tradução do De beneficiis de Lúcio Aneu Séneca, mas de um trabalho de vasta erudição, desenvolvido com base num amplo conhecimento (directo e/ou indirecto) dos textos bíblicos e de autores clássicos e medievais enquadrado por uma importante capacidade de reflexão autónoma. É também uma obra literária pela sua concepção e pela sua expressão formal, e distingue-se como um marco linguístico pela sua posição liminar numa fase crucial do enriquecimento vocabular da língua portuguesa. Produto de uma corte em que toda a vida social foi orientada por princípios morais, religiosos e disciplinares muito rígidos, o *Livro da virtuosa benfeitoria* pode ser definido no seu conteúdo de várias maneiras, conforme o que cada um vê nele de maior interesse.” Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=6758. Pesquisa em março de 2015.

⁴⁰ FRÓES, Vânia. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS*. Braga: Universidade Católica Portuguesa /Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses /Fundação Evangelização e Culturas, 1993.

que não somente deu novos ares às pesquisas sobre a literatura produzida na corte régia avisina, como criou uma categoria analítica, denominada de "discurso do paço " de enorme valor investigativo e que se tornou referência para a presente dissertação.

No presente estudo o conceito de *discurso do paço* é de fundamental importância pois, a produção de modelos, de imagens e de espetáculos, ocupam um lugar de destaque no processo de legitimação dos monarcas avisinos, e da nobreza secunda que os apoiaram.

Acima fizemos uma rápida demonstração de como compreendemos a atuação da monarquia neste momento, uma monarquia autora e gestora de um projeto que almejava fazer valer uma propaganda política eficaz, capaz de se consolidar como soberana e centro das decisões políticas. (COIMBRA, 2014, p. 23).

Effgen (2009) também defende a ideia de que este foi o específico ambiente cultural de produção das obras de LOPES, o da corte régia da Casa de Avis, “intimamente ligadas ao processo de ascensão e legitimação da nova dinastia. Elas são frutos e agentes da dinâmica deste processo que englobava transformações socioculturais, políticas e econômicas.” Effgen concorda que o *discurso do paço* da dinastia de Avis forneceu as diretrizes e instrumentalizou o cronista LOPES para reescrever a história do reino e dos reis de Portugal.

Para Ramallete (1996) a construção da legitimidade da dinastia avisina necessariamente teria de passar pela ilegitimação da dinastia anterior e:

uma vez quebrada a sequência de sucessão ao poder, tomava-se indispensável criar o discurso da nova legitimidade, que passaria, nomeadamente, pela apresentação do povo português como novo povo eleito, pela construção da imagem do novo rei e pelo acerto entre a acção e o tempo, levando a alterações tão fulgurantes que se projectariam como novas visões do mundo. (RAMALHETE, 1996, p. 210).

Neste aspecto observa-se na *Crônica de D. Pedro* a pretensão de LOPES, do estabelecimento da linhagem do novo monarca invocando a comparação com o rei anterior, sobre cujo reinado, em avaliação negativa “diziam às gentes que tais dez anos nunca houvera em Portugal como estes que reinara el-rei D. Pedro," isto em razão da auto-avaliação negativa do governo de D. Fernando feita à hora da morte.

Ramallete (1996) nos mostra que LOPES estabelece uma continuidade no discurso ao longo das suas crônicas, tendo como fundamento do poder algo de tão pragmático como a punição dos "maus" e a "paz" para os "bons". E assim prossegue Ramallete quanto às

comparações bíblicas e o cumprimento de profecias, que o cronista utiliza como “projeto divino,” o objetivo de comparar a história de Portugal, e a imagem de continuidade dos portugueses como o povo eleito, como podemos observar no seguinte fragmento desta pesquisadora:

Fernão Lopes, quando após a batalha de Aljubarrota transcreve o que teria sido o sermão do franciscano Frei Pedro, apresenta-nos um discurso em que, através da comparação com casos bíblicos, se estabelecia que a presença da vontade de Deus em prol de Portugal não advinha apenas da realização de factos espantosos, como era o caso de batalhas vencidas apesar das desproporções numéricas, mas a sua certificação provinha da preexistência de profecias que assim se cumpriam, e que eram sintomáticas do olhar de Deus sobre o seu povo eleito. Deste modo se conferia à acção de D. João I uma irrefutável legalidade que serviria tanto perante os seus opositores internos como perante o exterior (RAMALHETE, 1996, p. 211).

Sobre o “messianismo” na obra do cronista, Maleval (2010) destaca a causalidade das sequências narrativas e, principalmente o uso de alegorias para relacionar à história da revolução portuguesa de 1383-1385, “o carácter de luta do Bem face ao Mal e, por extensão, Amor *versus* Ódio, Lealdade *versus* Deslealdade, Verdade *versus* Mentira, Justiça *versus* Injustiça, Eros *versus* Thanatos”. A autora analisa imagens e símbolos da *Crônica de D. João I*, na construção e legitimação dos direitos da dinastia de Avis ao trono, além dos atributos da sacralização, ou seja, do princípio da vitória do Bem, sob a influência bíblico-litúrgica, na pessoa de D. João I de Portugal como o Messias, defensor dos pobres e oprimidos, assim com a Revolução simbolizando uma “guerra santa”. Ao final Maleval também reforça a demonstração do uso de figuras relacionando a narrativa da história de Portugal à do próprio Cristianismo, como pode ser observado neste fragmento da crônica de D. João I:

na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes [...] Em que pôs este senhor, sendo Mestre, e depois que foi rei. E assim como o Filho de Deus chamou os seus apóstolos dizendo que os faria pescadores dos homens. De modo que esta idade que dizemos se começou nos feitos do Mestre, pela qual é compilada esta crônica, faz agora sessenta anos que dura. E durará até o fim dos séculos, ou quanto tempo quiser Deus, que as criou todas (Crônica de D. João I, V. 1. p. 259).

Neste período a influência joaquimita era forte em Portugal, conforme leciona Zierer (2004), principalmente entre os beguinos e os franciscanos espirituais, “que acreditavam na possível chegada de um rei salvador, o Rei dos Últimos Dias.” Também aguardado como o

combate ao Anticristo⁴¹ e início de um novo tempo de felicidade na terra, “antes do derradeiro fim, o Juízo Final, quando Cristo retornasse para julgar os bons e os maus e o Paraíso fosse (re)estabelecido.” Estas ideias foram apropriadas por LOPES que associou D. João ao *messias* que iria iniciar um novo tempo de felicidade antes do Juízo Final, chamado pelo cronista de “A Sétima Idade”, e também representando o monarca como o “Rei dos Últimos Dias que combate o Anticristo, representado pelo mau cristão que deseja tomar Portugal, o rei de Castela.”

O messianismo régio de D. João I, segundo Effgen (2009) tem como fundamento a esperança de um “rei destinado a realizar uma grande empresa política, na convicção da escolha divina do mestre, na proteção de Deus e na certeza da intervenção de Deus em favor do cumprimento dessa empresa.” Effgen lembra ainda de outros fatores que favoreceram para o aumento da crença na vinda do messias, como a difusão de profecias no sermão do frei João da Barroca⁴² e o sonho de D. Pedro.⁴³

Complementando as pesquisas sobre o messianismo na Crônica de D. João I, e no sonho do religioso Frei da Barroca, além da representação do monarca como predestinado de Deus para governar Portugal, Zierer (2004) destaca que:

O frei vem a Portugal, onde, num primeiro momento, D. João se mostrava indeciso, sem saber o verdadeiro papel a ele destinado quanto ao futuro de Portugal, chegando mesmo a pensar em deixar o reino. Os portugueses tentam demovê-lo, oferecendo-lhe bens materiais, como dinheiro e posses, o que não o convence. Somente após ouvir do religioso a profecia de que seria o escolhido para libertar Portugal do domínio

⁴¹ “Assim, Fernão Lopes, apropriando-se de tal temporalidade, cria a noção de que D. João de Avis, exemplo de rei justo e bom cristão – o “*Messias de Lisboa*” – estaria do lado do verdadeiro papa, o residente em Roma. Consequentemente, D. Juan de Castela, caracterizado como o *Anticristo*, era apoiado pelas forças do Antipapa, provenientes de Avignon.” ZIERER, Adriana Maria de Souza. *Messianismo, escatologia e pedagogia cristã na crônica de d. João I, de Fernão Lopes*. Doi: 10.4025/imagenseduc.v3i1.19786.

⁴² “Os principais vetores de sacralização da figura de D. João possuem ligações com os franciscanos. A maneira como o cronista vincula as ações do mestre de Avis com as profecias do religioso frei João da Barroca tem lugar de destaque na construção argumentativa da crônica. Este frade castelhano vivia emparedado em Jerusalém e, devido a uma espécie de revelação, é levado a embarcar para Portugal. São as palavras do religioso que ajudam na decisão do mestre de Avis de permanecer no reino, desistindo de sua ida à Inglaterra. Mas o religioso não apenas convence D. João com santas razões, ele profetiza que o mestre seria rei, “*ca a Deos prazia de ell seer rei e senhor delle [do reino]*.” BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e Súdito: representação social franciscana e poder régio em Portugal (1383-1450)*. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2007.

⁴³ “O rei com características messiânicas é esperado para realizar uma empresa há muito desejada e tem a seu favor a eleição divina. Elementos sobrenaturais estão ligados à sua figura, como as profecias e os sonhos. Neste sentido, um exemplo é o sonho do rei D. Pedro, pai de D. João I, que sonha com seu filho João apagando um imenso fogo.” ZIERER, Adriana Maria de Souza. *Paraíso. Escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I (1383-85/1433)*. Tese de Doutorado pela Universidade Federal Fluminense. 2004.

castelhano e escolhido por Deus para ser rei é que o Mestre de Avis se convence a ficar. (ZIERER, 2004, p. 131).

Sobre o tema vale anotar que recentemente a História Cultural,⁴⁴ passou a valorizar mais significativamente as contribuições da Antropologia e da Teoria da Literatura, o que nos remete a possibilidade de examinar o texto de LOPES, segundo Guimarães (2004) “não como pretexto para a construção de um sistema, mas procurar valorizar seus recursos intrínsecos,” porque “as palavras não [refletem] apenas a realidade social e política; [são] instrumentos de transformação da realidade”

Sobre a necessidade de um diálogo, também com a antropologia, Thompson (2001) já revelava uma consciência muito clara de sua posição dentro de uma História da Cultura. Quanto à sentença de que “sem produção não há história”, acrescenta-se que “sem cultura não há produção”. Além disto, o historiador inglês chama atenção para novas questões que logo seriam exploradas pelos historiadores do imaginário e das representações, como as repercussões da questão do “teatro do poder”⁴⁵ (BARROS, 2003).

Neste sentido o estudo histórico no campo da História Cultural é fundamental na compreensão do papel do simbólico no agir político e social das sociedades, portanto essencial como suporte teórico, para análise do processo de ascensão, legitimação e consolidação da Dinastia de Avis, na produção da memória dos seus monarcas. Este ferramental teórico é essencial para pesquisa neste amplo conjunto de obras, em diversas áreas do campo simbólico, presente no “discurso do paço”, principalmente na literatura, como é o caso das crônicas de LOPES, como veículo produtor de legitimidade, de D. João I, e seus sucessores (COIMBRA, 2014).

Para a discussão do quarto capítulo que trata de um dos temas centrais da presente pesquisa, que é História e Verdade, se fez necessário à elaboração da estrutura deste capítulo,

⁴⁴ “História cultural (*Kulturgeschichte* ou *Kulturhistorik*), a partir da década de 1970 as abordagens da antropologia e da história passam a ser utilizadas para análise das tradições da cultura popular e interpretações culturais da experiência histórica e humana. Ocupa-se também com a pesquisa e representação de determinada cultura em dado período e lugar. História cultural não se dedica diretamente à história política ou à história oficial de países ou regiões. Nela a cronologia não é tão relevante quanto na historiografia política. Autores que contribuíram na construção dessa nova teoria cultural: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.” FALCON, Francisco J. C. *História Cultural, Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*, 2002.

⁴⁵ “Thompson formulou suas idéias sobre a política como teatro, como representação do poder, e sobre o contrateatro no protesto dos movimentos populares, especialmente em seus trabalhos dedicados às formas de rebelião nas sociedades pré-industriais e nos primeiros momentos do movimento operário. A esfera teatral do exercício do poder político busca conformar os governados, manter seu consentimento, ativo ou passivo; perpetuar o respeito às normas, valores e símbolos; fixar os limites do politicamente possível e tolerável. Constitui parte fundamental da hegemonia, domínio não baseado diretamente na coerção material.” MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Exterminismo e a política como teatro em E. P. Thompson*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

composto dos elementos mais significativos da construção da imagem do reino. Julgamos oportuna esta retrospectiva para melhor compreensão do trabalho literário de LOPES a serviço do processo de legitimação da monarquia avisina, através da elaboração de modelos, imagens, espetáculos e rituais, de fundamental importância na propaganda política eficaz e capaz da consolidação dos novos soberanos que ascendiam ao centro das decisões políticas do Reino Português.

5 CAPÍTULO 4. HISTÓRIA E VERDADE

Diante da complexidade e extensão do tema “história e verdade”, adiantamos que jamais pretendemos ou ousaremos acrescentar uma nova tese ou qualquer inovação sobre tema tão “nobre”. Adianta-se que nosso objetivo, que também não deixa de ser “nobre”, nasce como exigência da presente pesquisa, para melhor elucidação e reflexão sobre essa problemática no universo da produção cronística de LOPES.

Portanto pretendemos neste capítulo organizar algumas reflexões sobre a relação entre história e verdade, no sentido do estabelecimento, atentando para as divergências existentes entre elas, de alguma base sólida para análise e compreensão do tema proposto.

Para tratar dessa questão, inicialmente apresentaremos um breve levantamento dos problemas colocados ao conhecimento histórico e tendo em vista as propostas de duas correntes fundamentais: a dos denominados "realistas metafísicos" (Ranke, Weber, Marx, Ricoeur e Marrou) e a dos "nominalistas" (Foucault, De Certeau, Duby, Koselleck).

Esta temática, sempre foi considerada de grande relevância na discussão sobre a verdade em história, muitas vezes considerada “problema” que os historiadores evitam por ser classificada, em grande parte, uma questão de natureza "filosófica" e insolúvel. Em razão da polêmica, historiadores e filósofos já refletiram este tema até a exaustão. Trata-se de um questionamento tradicional da teoria da história, em que já se escreveu uma biblioteca sobre a questão, que reúne autores e obras de muito prestígio (REIS, 2000).

Segundo Reis (2000) “os historiadores, atualmente, já se dizem cansados de discuti-las e, sem vencerem as aporias, que não vêem como produtivas, preferem, sob a influência dos Annales e de Foucault, rejeitar essa discussão.” Reis justifica seu posicionamento ao destacar que:

(Os historiadores) têm razão em defenderem a autonomia do seu esforço e em reivindicar para a própria comunidade dos historiadores o direito e a competência para separar o legítimo do ilegítimo em história. Esta posição, que é sem dúvida justa e sustentável, no entanto, não seria incompatível com a escuta e o diálogo com os críticos exteriores à história. Este diálogo pode ser fecundo, desde que não leve o historiador à crise ou à subserviência. (REIS, 2000, p. 324).

Para os realistas metafísicos, em apertada síntese, a história produziria verdade através do método crítico, (Ranke) sem a anulação do sujeito, que apenas se esconde e se autocontrola. Assim como não existe a possibilidade de abordagem do real em si, (Weber)

mas apenas aspectos ou partes. Estes pensadores defendem também a divisão do sujeito em esferas autônomas e lógicas (REIS, 2000). E que a busca da verdade se faz por duas subjetividades, através do conhecimento empírico. Em relação aos realistas metafísicos, segundo Reis, temos ainda que:

Em Marx, o sujeito deve assumir sua subjetividade. A verdade não é universal, mas de um grupo social. O conhecimento histórico produzido é objetivo, mas parcial, relativo, pois o historiador precisa tomar partido. Para Ricoeur, a verdade é traduzida pelo sujeito de forma comunicável a partir de uma objetividade que exige a presença da subjetividade. Na mesma direção, Marrou declara ser a objetividade histórica, específica, subjetiva, através de valores éticos universais. Todos procuram critérios universais para a verdade, todos são construções totalizantes da verdade histórica. (REIS, 2000, p. 339).

Enquanto que para os autores nominalistas, a subjetividade é plena, o universal é impensável. Destaca Reis (2000) que “em Foucault a verdade é construção de um sujeito particular e expressa relações de poder: essas relações criam linguagens e saberes para se legitimarem.” Reis lembra também a tese de que é a história que fabrica o historiador, segundo Michel de Certeau, emergindo o discurso de uma prática e de um lugar institucional e social. Assim como para Duby, a história subjetiva está próxima da literatura e do cinema, com liberdade para o sonho e a imaginação. E cita Koselleck que sustentou a verdade histórica como caleidoscópica, se relacionando com a história da história, ao examinar a historiografia anterior. Assim conclui Reis (2000) que o passado é “selecionado e reconstruído em cada presente.” Enfim diz ele que “a verdade histórica é obtida com exame exaustivo do objeto, com todas as leituras possíveis.”

Após esta sintética exposição das duas correntes básicas (realistas metafísicos e nominalistas), com seus respectivos pressupostos que enriqueceram o conhecimento histórico em relação à verdade, Reis (2000), expõe a contribuição de Dilthey (considerado o pensador que ‘redescobriu a história). Associado ao historicismo, dificilmente Dilthey pode ser enquadrado em algum rótulo, pois “ele estaria entre um historicismo romântico e um epistemológico por buscar compreender o homem enquanto ser histórico, compreender a alteridade e todos os aspectos da vida de um povo.” Concluindo Reis (2000) define Dilthey nos seguintes termos:

história é mudança e o que permanece é compreensão, comunicação entre homens diferentes, sendo o homem ‘experiência vivida’ e a verdade, o

processo histórico. No contexto do século XIX, Dilthey apontou o caminho da história, da vida, tendo por missão da história apreender o mundo dos homens através do estudo das suas experiências no passado. Que em Dilthey filosofia e história estão unidas. (REIS, 2000, p. 242).

Após esta sintética digressão voltamos para LOPES, que nas palavras de França (2003) em “seu fazer histórico,” exercita “toda a ambiguidade da palavra *história* nas línguas românicas”, incluindo o trânsito dos sentidos das ações realizadas pelos homens à narração dessas ações, concluindo que a “História pode ser definida tanto pela identificação com seu objeto – uma série de acontecimentos – quanto pelo apanágio de narrá-lo.” França nos chama atenção que “por ser uma narração que ela se faz especialmente ambígua, dado que uma narração pode ser verdadeira ou falsa, sustentada na “realidade histórica” ou puramente imaginária; pode ser uma narração histórica ou uma fábula,”

Vejamos este fragmento do Prólogo da Crônica de D. João I, em que LOPES apresenta sua concepção sobre “história e verdade:”

Para seguir no enalço da verdade, evitando que a História deslizesse pelo seu temível oposto, a fábula, fundada não em verdade mas na invenção, os primeiros passos dos cronistas deveriam ser no sentido de evitar os excessos para embelezar sua narrativa. A História não era para ser bonita, mas antes ordenada, simples, verdadeira, concisa e sem negligenciar os acontecimentos importantes já registrados por outros historiadores. (LOPES. *Crônica de D. João I - Como se ordenam as histórias. Prólogo*).

Para finalizar este item que aborda o tema “história e verdade”, mesmo frente a sua complexidade e extensão, que sem maiores pretensões, que não sejam apenas algumas reflexões de elementos fundamentais para melhor elucidação da presente pesquisa, apresentamos um trecho dos estudos de Schaff (1986) afirmando que:

os historiadores percebiam diferentemente a imagem da história, quando dispõem de materiais e de fontes idênticas, que esta percepção se diferencie à medida que estes materiais se enriquecem e que evolui a aptidão dos historiadores para fazerem perguntas e para descobrirem os problemas dissimulados atrás desses materiais, o fenómeno é normal e compreensível se se apercebe em termos adequados o processo do conhecimento histórico. (SCHAFF, 1986, p. 308/309).

“Mentem os historiadores?” É o questionamento que Schaff (1986) faz para mostrar a dialética relação entre “história e verdade”. Schaff se posiciona no sentido da existência da

“mentira” quando as finalidades são “extracientíficas” e na visão de uma história como “instrumento de realização de necessidades práticas actuais.” E caracteriza como um “problema teoricamente desinteressante”, mesmo diante da existência de numerosos casos semelhantes, “apesar da sua importância social e política.” Em contrapartida Schaff justifica a compensação da existência dos casos teoricamente interessantes, “onde a variabilidade da visão histórica segue a par com a probidade científica e uma investigação competente da verdade histórica.” E, respondendo a pergunta inicial, Schaff (1986) argumenta que “os historiadores não mentem, se bem que sustentem discursos diferentes, por vezes mesmo contraditórios.” Fenômeno caracterizado por este autor “simplesmente como resultado da especificidade do conhecimento que tende sempre para a verdade absoluta mas realiza essa tendência no e pelo processo infinito da acumulação de verdades relativas.”

Finalmente Schaff (1986) aborda uma das questões fundamentais e mais profundas da estrutura da relação entre “história e verdade”, ou seja, a valorização da cientificidade nas áreas do conhecimento humano, quando questiona se isto seria “uma prova da inferioridade do conhecimento histórico em relação às matemáticas por exemplo?” Um problema que remonta há séculos de discussões. E sobre o valor das ciências sociais e das ciências humanas em relação às ciências exatas da natureza, Schaff destaca que esta pergunta:

implica conteúdos mais ricos do que os que deixa supor a sua formulação banal: tudo o que dissemos sobre o conhecimento histórico e sobre a verdade histórica, todas as nossas conclusões impregnadas de cepticismo provam apenas que tratamos com outro tipo de conhecimento do que no caso das ciências da natureza. E todas as tentativas visando refutar o valor das ciências sociais, tais como são, todas as tentativas para as «reformatar» conferindo-lhes a forma de ciências dedutivas, estão — como a experiência o provou — votadas ao fracasso, sendo o seu único efeito infligir numerosos prejuízos às ciências assim «aperfeiçoadas». Quanto às pretensões à «superioridade» deste ou daquele domínio de estudos e dos métodos que aí são empregues, tudo depende do sistema de referência, dos objectos fixados, dos critérios de avaliação aplicados, etc. (SCHAFF, 1986, p. 309).

Portanto bastante justo e coerente quando Schaff (1986) encerra a discussão a este respeito garantindo, a inexistência de “respostas ou juízos unívocos.” E que por se tratar de “um sistema de referência, objectivos de investigação e critérios definidos, o conhecimento histórico pode ser «superior», por ser mais complexo e estar ligado à vida da sociedade.” Evitando que o assunto seja tratado apenas sob o aspecto de uma «emulação» entre as ciências, o que resultaria, “não apenas fazer prova de falta de seriedade, mas ainda confirmar

que as comunidades científicas sofrem por vezes de complexos.” O que interessa pelo contrário, conclui Schaff, seria “afirmar e reafirmar que o conhecimento histórico é diferente, específico; é, sobretudo, postular que esse conhecimento seja adquirido de maneira competente, quer dizer com a inteira consciência da sua especificidade.”

5.1 RELAÇÃO ENTRE ESCRITA, HISTÓRIA E PODER

Sobre a relação entre escrita, história e poder julgamos interessante à utilização da linha de investigação iniciada, na década de 1980, por Foucault (2009), e os atos que o sujeito pode e deve operar livremente em si para chegar à verdade. Este novo eixo, chamado de "regime de verdade,"⁴⁶ quando o conhecimento do domínio irreduzível e de poder pode isolar a parte livre e decisão deliberada do sujeito na sua própria atividade.”

Segundo Reis (2000) a verdade histórica expressa relações de poder e práticas concretas, e fundamentado em *Verdade e poder*, Foucault, 1988, apresenta as seguintes considerações:

A metafísica idealista separa verdade e poder, torna-a alheia e indiferente a constrangimentos e pressões históricas. É verdade o que estaria acima de interesses e forças particulares, e expressaria um recaindo na nostalgia da metafísica da verdade universal! Para Foucault, a verdade não é expressão da "liberdade humana", não é a revelação da essência da humanidade pelo discurso, conquistada pela reflexão intensa, concentrada, livre e solitária. A verdade histórica não é uma saída ou ruptura com a história. Ela não existe fora do poder ou sem poder, isto é, da história. A verdade é deste mundo. Ela é produzida nele e por ele em relações múltiplas de poder que criam linguagens, saberes, para se auto-organizarem e legitimarem. (REIS, 2000, p. 340).

E de volta a LOPES, de acordo com Gianez (2009), “uma vez que o bom governo dos homens esvaiu-se no desgaste das altas nobrezas e da monarquia, foi necessário reconduzir as

⁴⁶ “Para Foucault cada sociedade possui seu próprio regime de verdade, ou seja, cada sociedade acolhe um tipo de discurso como sendo verdadeiro. Esse discurso escolhido não está isento de um interesse político ou econômico. Jogos de verdade são o conjunto de regras de produção de verdade, o conjunto de procedimentos que conduzem a um determinado resultado, que pode ser considerado – em função de seus princípios e de suas regras de procedimento - como válido ou não. Quem fala a verdade são indivíduos livres, os quais entram em consenso e estão inseridos em uma determinada rede de práticas e de instituições coercitivas. É também lugar de enfrentamento social e debate político, encarado sob a forma de “lutas ideológicas”, cada lado defendendo seu ponto de vista sem se interrogarem sobre como cada discurso, lado do debate, “constituiu historicamente como experiência - que permitem o homem pensar-se quando se identifica como louco, doente, desviado, trabalhador, como quem vive como quem fala, ou ainda como homem de desejo.” Fonte: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/jogos-de-verdade.html>. Acesso em: Mar. 2015.

concepções políticas na práxis governativa.” Assim a casa de Avis foi obrigada a apropriar-se de uma longa tradição e *scolástica*, “ancorando sua base de legitimação na aplicação da justiça distributiva de forte apelo comunal.” Sendo assim possível à renovação da plataforma jurídica da nova dinastia que chegava ao poder, tudo isto ao lado de “comedidos traços de um messianismo vivo no imaginário coletivo, na tentativa de recompor algumas prerrogativas que os sistemas tradicionais não eram mais capazes de preencher.” Neste sentido Saraiva (1995) diz que “LOPES pôde ter o sentimento de uma dinâmica que deslocava as bases da sociedade, isto é, de um processo histórico global que escapa a qualquer cronista da Idade Média”.

Assim LOPES estabelece uma cronística harmonizada com novas formas teóricas sobre o poder. São tempos de transformação como diz Monteiro (1988), “o reino experimenta certa recuperação de um período de crises no século anterior. É como que um processo natural que algumas estruturas sejam repensadas.”

E reforçando este posicionamento apresentamos o seguinte fragmento da pesquisa de Nordin (2011):

Toda a lógica e compreensão do cronista sobre o poder estavam então orientadas por legitimar esta dinastia que há pouco ascendera e que o cronista esforçara-se por representar como um mundo e um tempo novos. Contudo ele procurava na verdade adequar às antigas formas de representação ideológica do poder às novas circunstâncias. Conforme o que já foi observado anteriormente, o poder sempre apropria-se do discurso . Adapta-o e molda-lhe conferindo-lhe *estatus* de hierarquia oficial. Lembremos que o cronista é o primeiro a deter tal cargo por incumbência do Estado. Se Fernão Lopes escreveu ou criou formas acerca do poder, note-se que a própria ideia de sua crônica foi também uma intenção sobre o poder. (NORDIN, 2011, p.213).

Concluindo o presente item que aborda a relação entre escrita, história e poder reportamos a dois elementos essenciais que caracterizaram as crônicas de LOPES, em relação a tal tema. Em primeiro lugar ao afastamento, pelo cronista, das narrativas tradicionais, com alterações realizadas nos conceitos do tempo e da história e nas concepções de subjetividade e dos poderes régios. LOPES utilizou com habilidade tais estratégias por boa parte das suas obras com objetivo de demonstrar a verdade dos fatos narrados, e que conseqüentemente tal esforço foi determinante na sua especialização da escrita da história.

Em segundo lugar citamos a utilização, por LOPES, da justiça como fundamento do poder, também articulada com extrema habilidade pelo cronista, sob o argumento de que uma lei manifestamente injusta não é lei, portanto não deve ser obedecida, por se tratar da desconformidade com a lei divina. Para tanto o cronista utiliza as palavras do Doutor João das

Regras (13...-1404)⁴⁷ que proclama, citando os Atos dos Apóstolos, “que mais devemos obedecer a Deus que aos homens”, e que portanto mais deveríamos obedecer ao Papa do que aos reis, tese que vem expressa, exatamente nos mesmos termos no livro do regimento dos príncipes de S. Tomás de Aquino.

Esta tese teve como objetivo a defesa da impossibilidade da eleição do rei de Castela, cuja argumentação, mostrava o alinhamento dos castelhanos ao lado dos cismáticos e excluídos das fronteiras da cristandade, pela desobediência a Deus e ao Papa. Como podemos observar no trecho abaixo da primeira parte do Prólogo da Crônica de *D. João I*, onde LOPES apresenta a fundamentação jurídica de João das Regras junto as Cortes de Coimbra:

era hi huü notavell barom, homem de perfeita autoridade, e comprido de sçiemçia, mui gramde leterado em lex, chamado doutor Joham das Regras, cuja sotilldade e clareza de bem fallar amtre os leterados, oje em dia he theuda em comta. Tinha o «sotil» doutor em mira «mostrar per sçiemçia e rrazom» o que considerava «verdade e proveito» para os povos. «Mas quem poderia rreteer segundo alguüs escprevem, a avomdamça de seu boom fallar»? Porém alguns leigos, «leixamdo [nos] as migalhas do que percallçar poderom em escripto, dizem que começou desta guisa». (LOPES. *Crônica de D. João I - Como se ordenam as histórias. Prólogo*).

5.2 OBJETIVIDADE E VERDADE HISTÓRICA

Um dos temas mais caros junto ao trabalho do historiador, seja sob a perspectiva prática ou teórica, é a objetividade e subjetividade, e a questão da sua dicotomia no âmbito da História. Segundo Barros (2010) trata-se de uma área de complexa reflexão, assim como o tema “verdade e história,” exige a “confluência entre a Filosofia e a História-conhecimento”, conseqüentemente conta com a participação dos filósofos e dos historiadores, “estes últimos particularmente preocupados com aspectos epistemológicos, éticos e metodológicos que podem afetar mais especificamente o seu ofício, ou o que dele se espera de retorno para a sociedade.”

⁴⁷ “Mestre ou Doutor João Afonso das Regras ou de Aregas, ou João das Regras (Lisboa, 13?? –1404) juriconsulto português, estudou Leis e Direito em Bolonha e foi nomeado reitor da Universidade de Lisboa. Apoiante de D. João, Mestre de Avis na crise de 1383-1385, figura crucial para a eleição deste como rei de Portugal, nas Cortes de Coimbra de 1385. Como legislador empenhou-se na elaboração da nova legislação do reino e esteve na origem do que viria a ser a Lei Mental, publicada pelo rei D. Duarte. No contexto da Crise de 1383—1385 em Portugal destacou-se pela magistral representação da causa do Mestre de Avis nas cortes de Coimbra de 1385, cujo corolário foi a aclamação dele como rei de Portugal.” Fonte: <https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogJoaodasRegras.aspx>. Acesso em: Mar. 2015.

A história em sua trajetória, como ciência, não mede esforços na sua edificação via investigação objetiva do passado, sempre sob a ótica da “verdade histórica” e da fidedignidade às fontes de pesquisa. Entretanto desafiando a objetividade em seu estado bruto e inatingível contamos com a inevitável presença do sujeito como pesquisador, que traz em si a questão da subjetividade no conhecimento histórico. Portanto indissociável e dialeticamente interligados não há como desconhecer essa subjetividade, dentre outras interferências, como fruto das escolhas do historiador, das questões formuladas frente à investigação histórica, articuladas a determinada teoria e epistemologia que compõem a sua visão de mundo ou o seu universo (BARROS, 2010).

Grosseiramente sintetizado, o conhecimento objetivo de acordo com Schaff (1978) pode ser estudado de três maneiras, a primeira diz respeito à distinção básica entre o objeto e o sujeito – “objetivo,” ou seja, que vem do objeto, “o que existe fora e independente do espírito que se conhece”, portanto é o “conhecimento objetivo que reflete este objeto;” a segunda diz respeito ao conhecimento objetivo como “cognitivamente válido para todos os indivíduos”, e terceiro e último temos o objetivo como conhecimento que “está isento de afetividade e, portanto, de parcialidade.”

Para Popper (1980) o conhecimento só é objetivo quando produzido através de enunciados científicos que podem ser “testados intersubjetivamente.” Enquanto Platão na concepção clássica define “conhecimento como juízo não acidentalmente verdadeiro, justificado (isto é, acompanhado de razão, numa concepção “internista ou externista” do conhecimento) obtido através de um processo confiável, ou seja, conducente à verdade.”

O “enigma da indução”⁴⁸ um dos assuntos permanentemente mais discutidos em filosofia, e conforme já dito, estreitamente utilizado pela teoria da história, após submeter-se a uma série de dificuldades, desde Kant e Hume até Carl Hempel e Nelson Goodman, atravessando mais de cem anos de disputas filosóficas, avançou por três estágios de enigmas, sendo que o último reformou inteiramente o problema tradicional da indução, derrubando qualquer possibilidade

⁴⁸ “A lógica estabelece duas classes básicas de argumentos: dedutivos e indutivos. Nos argumentos dedutivos as premissas fornecem um fundamento definitivo da conclusão, e nos indutivos as premissas proporcionam somente alguma fundamentação da conclusão, mas não uma fundamentação conclusiva, identificando dessa maneira os conceitos de dedução e raciocínio válido. Outro modo de expressar essa diferença é afirmar que na dedução é *impossível* que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa, mas no raciocínio indutivo no sentido forte isso é *possível, mas pouco provável*. No raciocínio dedutivo a informação da conclusão já está contida nas premissas, de modo que se toda a informação das premissas é verdadeira, a informação da conclusão também deverá ser verdadeira. No raciocínio indutivo a conclusão contém alguma informação que não está contida nas premissas, ficando em aberto a possibilidade de que essa *informação a mais* cause a falsidade da conclusão apesar das premissas verdadeiras.” Fonte: https://docs.ufpr.br/~felipe/filosofia_Conceitos.pdf. Acesso em: Mar. 2015.

de confirmação puramente lógica na justificação científica.⁴⁹ Desde então não se admite mais a possibilidade do conhecimento puramente objetivo, portanto totalmente isento de algum grau de subjetividade (POPPER, 1980).

Para Thompson (1981) a totalidade não significa todos os fatos, mas significa “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” Continuando o tema Thompson diz que:

ao procurar discutir as diversas facetas de um mesmo evento, colocando sempre em questão o perigo das generalizações que não se sustentam no confronto com a empiria, o historiador vai nos mostrando, não uma verdade teórica acabada, mas um “conhecimento em desenvolvimento”, que indica apenas aproximações e provisoriedade. Esse conhecimento não se dá antecipadamente, buscando confirmação na empiria. Ele se desenvolve num diálogo e sua maneira de demonstração é conduzida numa certa regularidade, nos termos de uma ‘lógica histórica’, que deve estar implícita em cada confronto empírico, e explícita na maneira pela qual o historiador se posiciona ante as evidências e nas perguntas propostas. (THOMPSON, 1981, p. 61/62).

A teoria não pode ser tratada como um sistema fechado argumenta Thompson, no qual a realidade histórico-social deve ser enquadrada. Ao contrário, a teoria, por meio dos procedimentos metodológicos adequados, deve estar em permanente diálogo com a realidade. Esse processo de investigação é possível por meio do método da “lógica histórica,” que assim é definida por Thompson:

Por ‘lógica histórica’ entendo um método de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. (THOMPSON, 1981, p. 49).

Reiteramos aqui o que foi dito no início deste capítulo, sobre a complexidade e extensão do tema anteriormente abordado: “história e verdade”, que se aplica também ao

⁴⁹ “Para Goldman, o problema não é o de assegurar que a indução seja válida no futuro _ não dispomos de uma tal garantia_ mas sim o de caracterizar de um modo nem demasiadamente permissivo nem demasiadamente vago aquilo que a indução é. A dificuldade central, que Goodman foi o primeiro a trazer à luz, é o problema da projecção: o que distingue as propriedades que se podem projectar indutivamente a partir duma amostra para todo o universo, daquelas que são mais ou menos resistentes a uma tal projecção?” GOODMAN, Nelson. *Facto, Ficção e Previsão*. Editorial Presença. 1991.

presente item: a objetividade e “verdade histórica”. Objetos de questionamentos tradicionais e fundamentais da teoria da historia, temas de infinitas discussões como infinita é a construção do conhecimento humano. Registrando que não sendo esse o objeto principal da presente investigação, portanto desnecessário o seu aprofundamento, mas ao mesmo tempo como exigência, para melhor compreensão e reflexão sobre o recorte pretendido pela pesquisa, que é o compromisso de LOPES com a verdade.

Para encerrar o presente item entendemos oportuna a citação das seguintes indagações formuladas por Reis (2000) sobre o tema, quais sejam:

O conhecimento histórico é capaz de oferecer verdade? Que grau de verdade? Qual é a capacidade do conhecimento histórico em ser objetivo? Quais as relações entre “verdade histórica” e interesse, crença, ideologia, valores princípios filosóficos, tendência política? Qual a dimensão da presença e a repercussão do sujeito na produção do conhecimento histórico? Quais as condições de possibilidade da “verdade” em história? Verdade e mudança seriam compatíveis? (REIS. 2000, p. 232).

5.3 CERTIDÃO DAS HISTÓRIAS

Grosso modo, as principais características das crônicas de LOPES além da fundamentação histórica, é a crítica à sociedade portuguesa, uma vez que o cronista, de acordo com Santos (2010) “foi sensato ao evitar a ‘heroicização’ das suas personagens, o que evidencia uma análise objetiva e racional dos documentos históricos, bem como cautela em determinar a verdade histórica, ao confrontar textos e versões sobre um mesmo assunto.”

Em poucas palavras Coelho (2007) afirma o pacto de veracidade que o cronista tinha para com seus escritos: “Todos os documentos, escritos ou orais, foram examinados, atenta e pacientemente, com olhos inteligentes e críticos, de tal modo que tudo quanto escreveu se pode considerar a ‘clara certidão da verdade’, até hoje não desmentida em pontos essenciais.”

Assim, quando se pensa em fazer história, é preciso transcrever tudo o que se apresentara na realidade. Para isso, o certificado de autenticidade respondia, uma vez que tudo o que era revelado fora vivido. Logo, sem fato não haverá razão por que existir história. Sob tal ótica Coelho (2007) afirma que “quando os acontecimentos dramáticos escasseiam-se, não temos mais o que contar, veiculando em si, a relevante importância da historiografia à formação social.”

Sintetizando as características básicas de alguns cronistas medievais Putinato (2007) nos diz que Rui de Pina viveu numa época em que o labor histórico começava a ser um cargo de exaltação do poder real. Observa uma mudança da função da história desde LOPES até Rui de Pina. Segundo Putinato: “em LOPES, a clara certidão da verdade; em Zurara, uma exaltação do infante D. Henrique e da nobreza senhorial; e em Pina, um ofício ao serviço da vontade do monarca.”

Para Schiavinato (2010), LOPES assumiu um compromisso com a História verdadeira, “embasando os seus escritos com as autoridades que em sua época representavam a ‘autoridade’. Pelas palavras do cronista, “nosso desejo foi em esta obra escrever verdade sem outra mistura”. Na passagem seguinte, LOPES ressalta que poderia errar, mas que o maior erro seria afirmar ser verdadeiro aquilo que é falso. O termo que LOPES utiliza para caracterizar a sua crônica é ‘certidão das histórias’, ficando evidente que a sua verdadeira intenção (ao menos a intenção que deixou transparecer em seus escritos) foi o seu compromisso com a veracidade dos fatos, vejamos:

E nós, engando per ignorância de velhas escrituras e desvairados autores, bem podíamos, ditando, errar, porque, escrevendo homem do que não é certo, ou contará mais curto do que foi, ou falará mais largo do que deve. Mas mentira em este volume é muito afastada da nossa vontade. [...] Mas nós, não curando de seu juízo, leixados os compostos e afeitados razoamentos que muito deleitam aqueles que ouvem, antepoemos a simples verdade que a afremosentada falsidade. [...] antes nos calaríamos que escrever cousas falsas. (LOPES, 1973. Prólogo da Primeira Parte da Crónica de D. João I)

O cronista utilizou um processo racional e um período instável, abrindo mão, muitas vezes, do texto laudatório, sempre com o objetivo da isenção histórica, capaz de recontar com certidão os acontecimentos. LOPES teve a sua disposição, em função dos cargos ocupados, farto e imenso *corpus* documental, para pesquisa. Para Gianez (2009) “a valorização das ‘pubricas escrituras’, acaso, serviu de lastro-ouro, certidão da verdade a composição de um relato-realístico, que abolisse a “mentira” do texto e conduzisse de maneira consciente os eventos humanos.” Neste sentido Gianez ainda complementa que:

Fernão Lopes anteciparia elementos centrais do discurso histórico moderno, hierarquizando o campo textual entre os modelos ornados e fabulosos, dedicados ao louvor régio, sobretudo no segundo volume da Crónica de D. João I, e o discurso histórico portador de uma “verdade nua”. (GIANEZ, 2009. p. 9).

De acordo com França (2006) LOPES acreditava “que por meio da seleção adequada e do julgamento imparcial das fontes seria possível captar a essência dos sucessos e insucessos passados.” O cronista tinha como princípio de verdade e a base do seu fazer histórico a “crença subliminar na objetividade dos acontecimentos”, conforme podemos observar no seguinte trecho:

Em outras palavras, na crença em que a verdade emanava dos próprios acontecimentos e ao historiador não cabia construí-la, mas sim, desvendá-la. É essa convicção que o motiva a trabalhar com “diligência e cuidado” (*Crônica dos sete primeiros Reis de Portugal*, v. I, p. 139). É ela que leva Fernão Lopes, no final de uma das narrativas de confrontos entre Portugal e Castela, a afirmar que ninguém deve supor que o que narra é para louvor dos portugueses e para denegrir seus contrários, mas porque assim aconteceu “de fato” (Lopes, 1977, cap. CVIII, p. 226). (França. 2006, p. 170).

Termos como “grande injúria” cometida por alguns historiadores em relação à verdade (LOPES, 1973, cap. CXLI, p. 250) ou de terem uma opinião “inimiga da verdade” (LOPES, 1973, cap. LXXV, p. 129), são algumas das acusações e posicionamentos assumidos pelo cronista em defesa da sua crença na honestidade, diligência e empenho na seleção de testemunhos e registros mais autênticos possíveis, já aprovados por muitos, em busca de um relato mais exato possível dos fatos ocorridos (FRANÇA. 2006).

Ainda de acordo com as pesquisas de França (2006) “a *naturalidade* ou a interiorização da ideia de que a missão do cronista era buscar a verdade é visível em várias passagens da crônica medieval,” restando claro que a função das narrativas históricas era a descoberta da verdade.

Para seguir no encalço da verdade, evitando que a História deslizesse pelo seu temível oposto, a fábula, fundada não em verdade mas na invenção, os primeiros passos dos cronistas deveriam ser no sentido de evitar os excessos para embelezar sua narrativa (Lopes, 1977, cap. XLII, p. 98). A História não era para ser bonita, mas antes ordenada, simples, verdadeira (Lopes, 1973, prólogo, p. 2-3), concisa e sem negligenciar os acontecimentos importantes já registrados por outros historiadores (Lopes, 1979, cap. CVII, p. 291). (França. 2006, p.171).

Na constante busca de LOPES pelo alcance da verdade e do distanciamento da invenção o levam a admitir que “o terreno da História nem sempre é firme, ou porque era preciso lidar com acontecimentos passados em tempos mais remotos, ou porque sobre

determinados aspectos as fontes são parcas”, assim como a discordância com os autores sobre determinados pontos, assim como “alguns historiadores não fazem alusão a ‘coisas necessárias de saber’ e deixam outras tantas ‘carregadas de grandes dúvidas” (LOPES. *Crônica de D. João I - Como se ordenam as histórias. Prólogo*).

Colocadas tais premissas, integrantes dos três capítulos já abordados, devidamente discutidos e avaliados, restou demonstrado que a Crônica de D. João I, foi realmente, um instrumento fundamental no campo simbólico, presente no “discurso do paço”, como produtor de legitimidade, no processo de ascensão e consolidação da Dinastia de Avis.

Consequentemente estes foram os elementos determinantes da mudança do gênero crônica, que em razão do método desenvolvido por LOPES, que rompeu definitivamente com a tradição medieval, na distinção entre história e ficção.

E diante da compreensão da constante busca do cronista pela “verdade”, concluímos que LOPES cumpriu o seu compromisso na busca da História verdadeira e nua, mesmo que para isto tenha sustentado um discurso diferente dos cronistas anteriores, e muitas vezes contraditório, no confronto entre seu critério de apuração, narração dos fatos e reconstrução da história e aos meios políticos, econômicos, sociais e culturais a que pertencia, também suficientemente demonstrado.

E após o cumprimento dos objetivos propostos inicialmente na problematização desta pesquisa, passaremos ao capítulo seguinte, que é o Objeto de Aprendizagem, que se apresenta como tarefa de disponibilizar este conhecimento e experiência adquiridos, utilizando as novas Tecnologias de Informação e da Comunicação – TIC’s.

6 CAPÍTULO 5 - OBJETO DE APRENDIZAGEM

A finalidade deste capítulo é a análise e discussão dos conteúdos teóricos, como das tecnologias voltadas para a Educação, sob alguns aspectos do sujeito e da aprendizagem, na construção do conhecimento. E o objetivo, como produto final do Programa de Mestrado Profissional, apresenta-se na forma de material, usando as novas Tecnologias de Informação e da Comunicação – TIC's, especificamente voltado para o campo da História Medieval da Península Ibérica.

Este capítulo, composto com os subtítulos: *Aportes filosóficos e sociológicos, Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC's e Desafios da educação diante dos novos recursos tecnológicos*, e aborda elementos positivos e negativos das políticas e práticas na formação de professores, para compreensão um pouco mais do processo educativo.

E sob a perspectiva Inter e multidisciplinar e da interdependência entre ensino e aprendizagem na prática educativa, apresentaremos no final deste capítulo, proposta de intervenção, utilizando os recursos disponíveis nas TIC's nas salas de aula.

6.1 APORTES FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS

Os aportes filosóficos e sociológicos, sobretudo de autores como Foulcault, Adorno, Bourdieu e Colares, como demonstraremos foram essenciais na contribuição para o alcance dos objetivos da compreensão da educação, nas suas condicionantes e delimitações no sentido atribuído ao ato educativo.

Os embates entre teoria e prática, no sistema nacional de ensino e realidade, nos programas, currículos, e contribuições das vivências pessoais, também contribuíram para reflexão e conclusão dos aspectos positivos e negativos, para real compreensão da interdependência do 'como ensinar' e a 'maneira como se processam as aprendizagens'.

Assim com nossas dúvidas e inconformismos sobre o abismo existente entre o PNE⁵⁰ e a realidade brasileira se esclarecem bastante com Foulcault (2008), por exemplo, dentre outras coisas, sobre a extensão das relações de poder, desde as suas mais complexas ramificações com a disciplina no interior da instituição educacional, que afeta não apenas aos corpos, mas

⁵⁰ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Fonte: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: Mar. 2015.

ainda com maior gravidade, “a submissão dos conhecimentos,” ou “a escolarização dos saberes”, neste sentido ele disse que:

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder - na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder - que compreendemos em que consiste o conhecimento. (FOULCAULT. 2008, p.23).

A contribuição de Adorno (1995) foi essencial para melhor entendimento da relação sujeito e aprendizagem na construção do conhecimento, sobretudo com sua crítica em relação ao processo pedagógico que ocorre em razão de sua força e capacidade de transformação das relações sociais. Neste sentido oportuno se faz lembrar sua defesa de um projeto de libertação do homem através da formação acadêmica, de uma formação amplamente humanística, o que nos fez refletir sobre as reformas educacionais e curriculares ocorridas durante a ditadura brasileira (1964-1985) e seus reflexos. As lições deste intelectual da Escola de Frankfurt, defendendo o ensino como arma de resistência contra a indústria cultural (educacional?) massificadora continua atual e contribuindo na conscientização dos indivíduos frente às contradições da coletividade. Como também continua atual sua afirmação de que a crise da Educação é, na verdade, a crise da própria formação cultural da sociedade capitalista (mercadoria pedagógica?). Sobre as contradições do processo educacional, Adorno apresenta a seguinte reflexão:

Portanto, continuo arriscando ter pensamentos não-assegurados, via de regra cedo banidos dos hábitos da maioria das pessoas por esse mecanismo de controle poderosíssimo chamado universidade — sobretudo no período em que são, como se costuma dizer, assistentes. Assim, a própria ciência revela-se em suas diversas áreas tão castrada e estéril, em decorrência desses mecanismos de controle, que até para continuar existindo acaba necessitando do que ela mesma despreza. (Adorno. 1995, p. 170).

Nossos questionamentos, arrastados desde o período da graduação, angústias e revoltas contra as mazelas do sistema educacional brasileiro, questões que nos remete ao sistema colonial português, herança do regime militar, interferências de órgãos internacionais,

tecnocracias neoliberais, injustiças, foram também alguns dos temas de acalorados e proveitosos debates.

E é neste sentido que Bourdieu (2009) nos fornece respostas seguras e claras sobre as “funções e o funcionamento social dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas,” nos apresentando, sob a ótica sociológica, complementando Foucault (2008) e Adorno (1995), sobre a compreensão das estratégias utilizadas pelos pequenos grupos de indivíduos para se apoderar dos mecanismos de dominação, nomeando e representando a realidade, na construção de categorias, classificações e visões da realidade imposta a todos os outros. Vejamos, por exemplo, o que Bourdieu (2009) nos diz sobre a manutenção das desigualdades sociais no processo educacional:

É provavelmente por um defeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da escola libertadora, quando ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU. 2009, p. 41).

Dialogando com estes autores citados, analisados, sob a perspectiva do enriquecimento das nossas concepções, políticas e práticas de formação de professores de História, somamos também a nossa indignação, as considerações de Colares (2011), que destaca “o pensamento único neoliberalizante tenta(ndo) a todo custo sepultar as práticas contra hegemônicas existentes nas instituições do ensino público.” Ou seja, “a ética mercantil, refúgio do neoliberalismo, invade as escolas e as universidades públicas, ceifando princípios da ética, soterrando vários direitos sociais e trabalhistas.”

Por fim entendemos oportuno colacionar um trecho do excelente trabalho de Colares que propõe a desconstrução da racionalidade técnica pela construção da epistemologia da práxis investigativa dos professores, sob a perspectiva de que:

A formação da prática do professor-pesquisador-reflexivo, aliada às mudanças de mentalidade cultural xenófoba e etnocêntrica” à mentalidade da pluralidade cultural, ética, cidadã, (re)encontra-se na relação da antropológica com a natureza. Adiciona-se a essa relação à utilização prudente e responsável das descobertas e invenções científicas e tecnológicas (das rudimentares, das aperfeiçoadas e sofisticadas). (COLARES. 2011, p. 162).

Portanto, sob a ótica dos autores aqui pesquisados confirma-se a unanimidade quanto à necessidade da compreensão do mundo como instrumental de libertação, sobretudo na área da educação, e mais especificamente no campo da História, contribuindo na formação de cidadãos e agentes históricos suficientemente críticos para transformar a realidade.

6.2 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TIC’S

Podemos definir TIC’s, como um conjunto de recursos tecnológicos, e utilizados de forma integrada tendo um objetivo comum. Estas tecnologias podem ser utilizadas na sociedade das maneiras mais diversificadas. Desde o processo de automação nas indústrias, no gerenciamento de publicidade no comércio até na informação e comunicação no setor de investimentos, dentre outras atividades e em outras áreas do conhecimento humano. E no nosso caso em específico que é a educação, existem inúmeras possibilidades da utilização de tais tecnologias, como potencializadoras no processo de ensino aprendizagem, seja na educação presencial ou à distância. Além da necessária contribuição para o processo da democratização da informação, juntamente com a inclusão digital (KENSKI, 2003).

É inegável que vivenciamos um período de grandes desafios sob o signo do avanço tecnológico. As novas tecnologias atualmente desenvolvidas nos possibilitam, cada vez mais, com facilidade e rapidez, o mais amplo acesso e domínio da informação. Neste sentido as tecnologias da informação e comunicação gradativamente foram inseridas, como nas demais áreas do conhecimento humano, no processo de ensino aprendizagem, tornando-se indispensáveis. Portanto, ferramentas tradicionais como livros cadernos, quadro negro e giz, já se tornaram obsoletas em sala de aula, cedendo, pouco a pouco, espaço para as novas tecnologias.

Também necessário se faz refletir a realidade brasileira, com suas contradições sob a ótica dos aspectos econômico, social, cultural, geográfico e, sobretudo, educacional. Devemos ter consciência, de que a grande maioria das escolas públicas a nível nacional encontra-se muito distante do esperado, em razão da inexistência de estrutura mínima para acompanhar tais transformações, em que pesem as ações do poder público para minimizar este quadro, através de políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação em parceria com governos estaduais e municipais (NOGUEIRA. 2013).

Importante ressaltar também que este novo instrumental tecnológico vem alterando, tanto a nossa forma de viver como as formas de aquisição do conhecimento. O que exige cuidados mínimos na sua utilização e principalmente sob uma ótica minimamente crítica.

Lembrando que tais tecnologias, sozinhas, são incapazes de transformações significativas no sucesso da aprendizagem dos alunos, ao mesmo tempo em que devemos encarar o fato de que a sua utilização é uma realidade sem volta.

Portanto a utilização das TIC's, com finalidade pedagógica além de uma postura crítica, exige do profissional avaliação, conhecimento e domínio dos principais procedimentos técnicos para sua utilização, no sentido da criação de novas possibilidades pedagógicas, partindo sempre da integração desses recursos com o processo de ensino e aprendizagem.

Como restou comprovado, mesmo que de forma insipiente e sintética, em razão da natureza da presente pesquisa, que impossibilita uma abordagem mais profunda do assunto, a necessidade crescente do uso de tais tecnologias com objetivo pedagógico como realidade indiscutível. Mas para tal instrumentalização frente às demandas sociais presentes e futuras, segundo Moran (2000) devemos lembrar que “ensinar com as novas mídias será uma revolução se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantém distanciamento entre professor e aluno, caso contrário, teremos apenas um verniz de modernidade, sem mexer no essencial.” Moran ainda alerta também no sentido de que:

Mudanças na educação dependem de educadores maduros, intelectual e emocionalmente, abertos, que saibam motivar e dialogar; bem como, administradores, diretores e coordenadores que entendam todas as dimensões envolvidas no processo pedagógico, apoiando professores inovadores e, ainda, de alunos que tornem-se interlocutores lúcidos e parceiros que facilitam o processo ensino- aprendizagem. (MORAN. 2000, p. 2/3).

Portanto estas são as diretrizes básicas para que os “atores educacionais” possam apropriar-se dessas tecnologias, não só do ponto de vista de seu manuseio, mas principalmente de sua utilização pedagógica, e possam provocar impactos positivos na escola.

5.3. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E NOVOS RECURSOS TECNOLÓGICOS

As aplicações das novas tecnologias, particularmente na área da educação, em que pesem especulações, somos obrigados a aceitar que muitas das promessas do novo paradigma tecnológico foram e estão sendo realizadas. De acordo com Werthein (2000) “Educação à distância, bibliotecas digitais, videoconferência, correio eletrônico, grupos de “bate-papo”, e também voto eletrônico, banco *on-line*, *video-on-demand*, comércio eletrônico, trabalho à distância, são hoje parte integrante da vida diária na maioria dos grandes centros urbanos no

mundo.” Entretanto Werthein apresenta algumas observações necessárias quanto aos desafios inerentes a esta realidade:

A satisfação com tais avanços, no entanto, não deve impedir-nos de identificar áreas de preocupação com a direção e o ritmo da mudança. A sociedade vem observando com atenção a evolução histórica do novo paradigma da informação e externando, em cada etapa desse desenvolvimento, suas preocupações reais ou infundadas com as implicações sociais das novas tecnologias. Independentemente de aceitarmos ou não a concepção da *neutralidade* ou *ambivalência* da tecnologia, não se pode ignorar as questões éticas relacionadas a ela. (WERTHEIN. 2000, p. 75).

Muitos são os desafios a serem enfrentados pela “sociedade da informação,” que, dentre eles se destacam os de ordem técnica e econômica, cultural, social e legal, até mesmo os de natureza psicológica e filosófica. Segundo Leal (1995) os desafios de natureza ética, da “sociedade da informação” em relação a múltiplas perdas existentes há que se registrar também:

A perda de qualificação, associada à automação, e desemprego; de comunicação interpessoal e grupal, transformada pelas novas tecnologias ou mesmo destruída por elas; de privacidade, pela invasão de nosso espaço individual e efeitos da violência visual e poluição acústica; de controle sobre a vida pessoal e o mundo circundante; e do sentido da identidade, associado à profunda intimidação pela crescente complexidade tecnológica. (LEAL. 1995, p. 42).

Mais especificamente na área educacional, sobretudo em países como o Brasil, Werthein (2000) destaca os seguintes riscos e desafios em se tratando de decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática:

Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção à educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento. (WERTHEIN. 2000, p. 77).

Sobre a necessidade constante da atualização dos educadores, de um processo contínuo e reflexivo e da visão crítica, como alguns elementos para enfrentamento dos desafios aos novos recursos tecnológicos, Genovez (2014) somando-se ao posicionamento dos autores anteriormente citados, destaca “que a simples aquisição de equipamentos como computadores, *notebooks* para alunos, laboratórios de informática e outros aparatos tecnológicos não garante o sucesso do processo educacional e os resultados eficazes desejados.” Genovez cita “a necessidade de atualização dos profissionais de educação quanto às competências necessárias para o uso dessas ferramentas que apresentam novas funções para atender às novas exigências da atual sociedade.”

Finalizando este tema acrescenta-se o seguinte fragmento dos estudos de Moran:

a simples ‘instrumentalização’ do professor para utilização dos equipamentos não é suficiente. Ela deve estar aliada a um processo contínuo de reflexão, orientação e acompanhamento técnico-pedagógico desses profissionais por meio de uma equipe multidisciplinar para o devido suporte técnico, manutenção dos equipamentos e para auxiliar os professores na mediação/integração do aparato tecnológico à sua metodologia e conteúdo programático. Além disso, é fundamental que haja uma visão crítica sobre o processo educacional: fins e objetivos. Ou seja: que tipo de pessoa a escola quer formar? Em que sociedade ela está inserida? Que ferramentas serão necessárias para que ela possa viver e conviver com dignidade? De que maneira as NTIC poderão contribuir para facilitar o acesso aos bens culturais e contribuir para a formação do cidadão crítico? (MORAN. 2000. p. 34).

6.4 DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL E PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO

Assim também como no planejamento e desenvolvimento do objeto de aprendizagem, necessário se faz o trabalho de conceitos e práticas das novas tecnologias educacionais e com perspectivas de contribuir com suportes de opções didática, frente às mudanças na educação.

É patente às profundas mudanças, das últimas décadas, no aprimoramento tecnológico e criação de novas tecnologias, que exige dos educadores, um novo posicionamento dos seus projetos pedagógicos, com vistas aos procedimentos mais sofisticado de interação entre alunos-alunos, professores-alunos e professores-professores, e sobretudo, professores, alunos e instituição educacional, com objetivo da potencialização e estímulo, diante dos recursos tecnológicos disponíveis.

Este item demonstra que, para alcançar o objetivo desta proposta foi necessária intensa pesquisa bibliográfica e exploratória, no contexto educacional brasileiro, de utilização das TIC's como ferramentas e materiais com grande possibilidade de contribuir como recurso educacional nas áreas de História Ibérica. E entre os materiais pesquisados, temos o que mais se aproximou do perfil e características do projeto desenvolvido no Curso de Mestrado Profissional em História Ibérica, portanto o nosso produto final é um Jornal Digital *Páginas da História*, conforme será demonstrado.

Em apertada síntese lembramos que os capítulos anteriores abordaram o cronista português LOPES, sob os aspectos propostos nesta pesquisa, com a análise da sua biografia e obra, evolução de sua carreira, a problematização de sua formação cultural e intelectual, além do estudo da composição e estruturação de sua obra, verificação o processo de produção e a síntese entre meio cultural, autor, padrão e público, resultados que serão disponibilizados. .

E, sob o ponto de vista da elaboração de um produto final utilizando novas tecnologias de informação, foi possível formatar o Jornal Digital, *Páginas da História*, na linguagem, especificidade e interesse dos alunos e professores da Disciplina História Medieval da Península Ibérica, que será desenvolvido pelos alunos e professores em sala de aula, utilizando elementos conclusivos desta dissertação, como contribuição da construção do conhecimento histórico e o exercício do processo ensino e aprendizagem.

Concluimos portanto que o conhecimento tecnológico adquirido foi fundamental na formatação e diagramação eletrônica do referido Jornal Digital *Páginas da História*, como segura opção e oportunidade de exercitar a criatividade de alunos e professores, na veiculação dos conhecimento adquiridos na realização desta dissertação.

Assim entendemos ser possível introduzir Fernão Lopes nas escolas, sob o ponto de vista da elaboração de um produto final utilizando novas tecnologias de informação, disponibilizando este Jornal Digital, na linguagem, especificidade e interesse de alunos, com grande possibilidade de contribuir como recurso educacional da seguinte forma:

Título: PÁGINAS DA HISTÓRIA

Inicialmente conterá 6 (seis) matérias abordando o seguintes temas:

Primeira Matéria: Título: “Fernão Lopes”. Artigo inicial sobre o cronista Fernão Lopes.

Segunda Matéria: Acesso, ao clicar sobre os títulos, aos sites (<http://purl.pt/422>) contendo as únicas três crônicas existentes de Fernão Lopes, em versões digitais disponíveis no site da Biblioteca Nacional de Portugal. São elas:

1. Crónica de D. Pedro
2. Crónica de D. Fernando
3. Crónica de D. João I

Terceria Matéria: Título: “Estados Ibéricos”. Artigo sobre a formação das monarquias nacionais europeias. Clicando sobre o títulos dará acesso ao site: (<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-formacao-dos-estados-ibericos.htm>), contendo mais detalhes sobre o tema.

Quarta Matéria: Acesso, ao clicar sobre o título, ao Mapa (virtual) Histórico da evolução de Portugal e Espanha em 3000 anos. (https://www.youtube.com/watch?v=rrV_m2YtjZY)

Quinta Matéria: Título: “Conte sua História”: Espaço destinado aos alunos para interação da turma. Acesso, ao clicar sobre o título, em espaço para publicação de textos e imagens.

Sexta Matéria: Artigo inicial sobre a HISPÂNIA (nome dado pelos romanos à península Ibérica (hoje Portugal, Espanha, Andorra, Gibraltar e uma pequena parte a sul da França).

Sétima Matéria: Título: “Península Ibérica”. Artigo inicial sobre a passagem do feudalismo para Idade Moderna, relacionando os processos de formação das monarquias nacionais europeias. Clicando sobre o título dará acesso ao site: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-formacao-dos-estados-ibericos.htm>, contendo mais detalhes sobre o assunto.

Conforme o seguinte modelo:



Fernão Lopes



LEGENDA DA IMAGEM OU

Apesar de ser grande a sua influência na história, não se sabe muito sobre a vida de Fernão Lopes, cronista e historiador português. É provável que ele tenha nascido na cidade de Lisboa entre os anos de 1378 e 1383, filho de uma família de camponeses ou de mesteiros. Fernão foi guarda-mor da Torre do

Tombo, tabelião geral do reino e cronista dos grandes reis de Portugal D. João I e D. Duarte, ainda também do infante D. Fernando. Alguns historiadores apelidaram o cronista como "pai" da História Portuguesa, já que ele escreveu importantes crônicas cruas e fatídicas do que acontecia em Portugal durante sua vida. Não há relatos, mas se acredita que Fernão Lopes haveria falecido por volta de 1460.

Fernão Lopes não foi um escritor de crônicas qualquer do século XV. Com seus textos ele sempre buscou mostrar a história como ela realmente estava acontecendo, ou seja, uma "verdade crua". Lopes assumia uma posição de autoridade, isenção e distanciamiento, se <http://www.estudopratico.com.br/biografia-de-fernao-lopes/>

Conheça o Mapa Histórico de Portugal e Espanha em 3000 anos.

HISPÂNIA

Hispania (em *latim Hispania*) foi o nome dado pelos romanos à península Ibérica (actuais Portugal, Espanha, Andorra, Gibraltar e uma pequena parte a sul da França). A conquista romana da península foi iniciada em 218 a.C. em Ampúrias e concluída quase 200 anos depois, com as guerras Cantábricas.

Ao longo de cerca de 700 anos a Hispania fez parte do Império Romano, proporcionando uma enorme caudal de recursos materiais e humanos,



Estas são as únicas três crônicas existentes de Fernão Lopes:

1. [Crônica de D. Pedro](#)
2. [Crônica de D. Fernando](#)
3. [Crônica de D. João I](#)

A FORMAÇÃO DOS REINOS IBÉRICOS

Quando fazemos menção sobre o processo de expansão marítima europeu, implementado durante as passagens do feudalismo para Idade Moderna, sempre tentamos relacioná-lo com os processos de formação das monarquias nacionais europeias. Nesse contexto, também damos destaque ao papel pioneiro das nações ibéricas (Portugal e Espanha) na experiência pelos mares.

Península Ibérica



ção das monarquias nacionais europeias. Nesse contexto, também damos destaque ao papel pioneiro das nações ibéricas (Portugal e Espanha) na experiência pelos mares. Para tentarmos compreender esse conjunto de fatores históricos, devemos frisar como o reaquecimento das atividades comerciais, a crise das práticas feudais e o movimento das ... <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-formacao-dos-estados-ibericos.htm>.

Quando fazemos menção sobre o processo de expansão marítima europeu, implementado durante as passagens do feudalismo para Idade Moderna, sempre tentamos relacioná-lo com os processos de forma-

7 CONCLUSÃO

Sabemos que a história humana tem como uma das suas bases a história política, formada de lutas entre indivíduos, grupos ou nações para conquistar, manter ou ampliar o poder político. Lutas às vezes violentas, assassinatos de dirigentes, líderes, guerras, revoluções e golpes de estado, ou pacíficas, via eleições.

Não foi diferente a realidade do período histórico estudado nesta dissertação, que é o Reino de Portugal, no século XV, açotado pelos vendavais da Guerra dos Cem Anos, Grande Cisma do Ocidente, Peste Negra e principalmente pela guerra civil, com a morte de D. Fernando I, sem deixar filho varão, e a possibilidade do trono português viesse a ser ocupado pelos castelhanos.

Foi neste ambiente que Fernão Lopes, cronista oficial do reino português, patrocinado pela dinastia de Avis, recebeu a tarefa para redigir as crônicas dos reis portugueses, dentre elas, o objeto deste estudo, a Crônica de D. João I, filho bastardo, e representante do movimento de resistência contra a rainha viúva D. Leonor Teles de Menezes e sua filha Beatriz de Portugal, legítima herdeira do trono português, mas representantes dos interesses do Reino de Castela.

A Crônica de D. João I foi um instrumento fundamental dentre o amplo conjunto de obras, em diversas áreas do campo simbólico, como veículo produtor de legitimidade do novo monarca e seus sucessores, no processo de ascensão e consolidação da recente Dinastia de Avis, na produção da memória dos seus reis.

Portanto restou demonstrado que estes foram os elementos determinantes da mudança do gênero crônica, método desenvolvido pelo cronista, que rompeu definitivamente com a tradição medieval, distinguindo história e ficção, categoria da História verificada principalmente no prólogo desta crônica, uma espécie de gênese do discurso historiográfico português.

Assim o cronista inaugura seu método investigativo orientado pela severa crítica do material e das fontes históricas que dispunha acreditando que na confrontação dos fatos seria possível apurar o que era para ele a “verdade”.

Sob as concepções teórico-metodológicas de Mattoso, Coelho, Schaff, esta pesquisa buscou compreender o constante compromisso do cronista na busca da sua História verdadeira e nua, mesmo que para isto tenha sustentado um discurso diferente dos cronistas anteriores, e muitas vezes contraditório, no embate entre seu critério de apuração, narração

dos fatos e reconstrução da história e aos meios políticos, econômicos, sociais e culturais a que pertencia.

Fernão Lopes realmente seguiu no encalço da sua verdade, evitando que a História deslizesse pelo seu temível oposto, a invenção, evitou os excessos para embelezamento da narrativa, que deveria ser concisa e sem negligenciar os fatos já registrados por outros historiadores.

Os resultados desta pesquisa, sob o ponto de vista da elaboração de um produto final utilizando novas tecnologias de informação, estão disponibilizados sob a forma de um Jornal Digital, denominado *Páginas da História*, na linguagem, especificidade e interesse de alunos, com grande possibilidade de contribuir como recurso educacional na disciplina de História Ibérica. Assim entendemos ser possível introduzir Fernão Lopes nas escolas.



Figura 4: Painéis de São Vicente de Fora (século XV).

Fonte: Lissabon - Museu Nacional de Arte Antiga.

“Obra composta por 6 painéis, criada pelo pintor português Nuno Gonçalves. Foram descobertos em finais do século XIX (1882), no Paço Patriarcal de São Vicente de Fora em Lisboa. Na altura estimou-se que a mesma teria sido executada entre 1470 e 1480. Trata-se de uma pintura a óleo e têmpera sobre madeira e encontra-se exposta no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa. Constitui uma obra-prima da pintura portuguesa do século XV na qual, com um estilo bastante seco mas poderosamente realista, se retratam figuras proeminentes da corte portuguesa de então, incluindo o que se presume ser um autorretrato, e se atravessa toda a sociedade, da nobreza e clero até ao povo. Por não ter assinatura e datação imediatamente visíveis e inequívocas, esta obra revestiu-se de enorme mistério e fascínio por parte de várias gerações de estudiosos e académicos. A única figura imediatamente identificada foi a do Infante D. Henrique, já que uma imagem idêntica do mesmo figurava na obra contemporânea *Crónica da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, o que levou a concluir que as figuras retratadas pertencem ao período que antecedeu os Descobrimentos Portugueses. A autoria dos painéis foi descoberta por José de Figueiredo através da interpretação de um monograma revelado durante o primeiro restauro da pintura na década de 1930, localizado na bota da figura ajoelhada no Painel do Infante (presumivelmente D. Duarte) e que é coincidente com outras assinaturas utilizadas pelo autor em documentos e obras contemporâneas. Na altura correram várias teorias, nunca totalmente conclusivas, sobre a datação e o tema central do quadro, algumas das quais revestidas de polémica. Não se chegando a uma conclusão definitiva, aceitou-se de forma oficiosa a datação aproximada entre 1470 e 1480.”⁵¹

⁵¹ Painéis de São Vicente de Fora. Fonte: <http://paineisnunogoncalves.org/Index.html>. Pesquisa em janeiro de 2015.

Figura 5. Assinatura de Fernão Lopes

The image shows a handwritten signature in a historical cursive script, likely from the 15th century. The signature is written in black ink on a white background. It features a prominent, stylized initial 'F' that is highly decorative and intertwined with the rest of the name. The letters are closely spaced and flow together in a continuous line. There are several long, sweeping horizontal strokes extending from the main body of the signature, particularly on the left and right sides, which are characteristic of the 'cancioneira' style of handwriting used in Portugal during that period.

Fonte: “Arquivo Nacional Torre do Tombo - Cópia autêntica de um processo de demarcação dos termos de Moura, Arronches, Noudar e Monsarás, feito por Gomes Martins e João Lourenço, e de outros documentos, mandada tirar por D. João I, rei de Portugal, a pedido de Diogo Álvares, comendador de Noudar, que pedira certidão dos documentos antigos que se achassem sobre Noudar na Torre do castelo de Lisboa.” Domínio público.⁵²

⁵² File: Assinatura Fernão Lopes.svg. Acesso em: Mar. 2015.



Figura 6: Página iluminada da Crônica de D. João I, com uma vista de Lisboa do Sec. XV.⁵³

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

⁵³ Página iluminada da Crônica de D. João I, com uma vista de Lisboa do Sec. XV. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/3651267/>. Acesso em: Mar. 2015.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Notas marginais sobre teoria e práxis*. In: *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- AMADO, Teresa. *Fernão Lopes contador de história: sobre a crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1991.
- BARROS, José D'Assunção. *Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista*. In: REVISTA TEMPO, ESPAÇO E LINGUAGEM (TEL), v.1, n.2. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CIDADE, Hernani. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Coimbra – Portugal: Limitada, 1968.
- COELHO COELHO, António Borges. *A revolução de 1383*. Lisboa – Portugal: Caminho, 1981.
- COIMBRA, Marcos Arêas. *A ascensão da nobreza secundogênita no processo de legitimação e consolidação da Dinastia de Avis: o caso de Nuno Álvares Pereira*. 2010. 148f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense. 2014.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa e outros. *O professor-pesquisador-reflexivo: debate acerca da formação de sua prática Conferência de Zamora – Alta Idade Média*. In: REVISTA OLHAR DE PROFESSOR, Ponta Grossa, 14(1): 151-165, 2011.
- COSER, Miriam Cabral. *De primus inter pares a soberano: o discurso político da realeza portuguesa no limiar do séc. XV*. Seropédica, RJ, EDUR. 2007.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e. *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*. Faculdade de Letras de Lisboa, Portugal, 2009.
- EFFGEN, Augusto Ricardo. *A construção de modelos e contramodelos régios na obra de Fernão Lopes. (século XV)*. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense. 2009.
- ESTRELA, Paulo Jorge; *Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1824*, Tribuna da História, Lisboa, 2008.
- FERNANDES, Ricardo Jorge Cunha. *A representação da realeza e da nobreza na crónica de 1419*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2012.
- FERREIRA, Maria do Rosário. O reino de Portugal na *Chronica Adefhonsi Imperatoris*. In: E-SPANIA. REVUE INTERDISCIPLINAIRE D'ETUDES HISPANIQUES MÉDIEVALES ET MODERNES. 2013.

FLETCHER, Richard A. *A cruz e o crescente: cristianismo e islã, de Maomé à Reforma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FONSECA, Yuri Ikeda. O reconhecimento histórico dos direitos do autor e sua proteção internacional. In: REVISTA ÂMBITO JURÍDICO, Rio Grande, XIV, n. 93. 2011.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France, 1979-1980 (aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980) Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino (e-Book), 2009.

_____. *Verdade e poder In Nietzsche, a genealogia e a história*, in: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal. 1984.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A dimensão narrativa das crônicas de Fernão Lopes. In: REVISTA MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA – v. 20, n. 4, 2003.

_____. O problema da originalidade e da autoria nas crônicas medievais. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 4. 2003. Belo Horizonte. PUC Minas, 2003.

FRÓES, Vânia. *Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS. Braga: Universidade Católica Portuguesa /Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Fundação Evangelização e Culturas, 1993.

GENOVEZ, Maria Salete e outros. *Educação, tecnologias da informação e comunicação: Possibilidades e desafios. EAD em foco*. REVISTA CIENTÍFICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Fundação Cecierj - Vol. 4 n° 1 - Rio de Janeiro, 2014.

GIANEZ, Bruno. *Fernão Lopes (c. 1380/90-1459†): crônica e história em Portugal (séc. XIV e XV)*. 2008. 158f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal. Fluminense. Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das Representações de Monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (Séculos XIV E XV) O espelho do rei: "Decifra-me e te devoro"*. 2004. 187f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná. 2004.

HAMMES, Bruno Jorge. *O direito de propriedade intelectual*. 3° ed. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância* - Campinas, SP: Papirus, 2003.

LIMA, Luiz Costa. *A crônica medieval e a originalidade de Fernão Lopes*. In: *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LOPES, Fernão. *el-rei D. João I*, Rio de Janeiro: Civilização, 1979.

- LLULL, Ramon. *O Livro da Ordem de Cavalaria (1279-1283)*. Tradução de Ricardo da Costa (Ufes), São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2000.
- LORIGA, Sabina. *O eu do historiador*. REVISTA DA ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES. História da historiografia. Ouro Preto. Nº 10. 2012.
- MALEVAL, M. A. T. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: EdUFF, 2010.
- MATTOSO, José. *A Escrita da História: Teoria e Métodos*. Lisboa Portugal: Estampa, 1997.
- MENEZES, Elisângela Dias. *Curso de Direito Autoral*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- MICHELAN, Kátia Brasilino. *O passado como exemplo nas crônicas medievais portuguesas*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra - Portugal: Minerva-história, 1988.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHERENS, Marilda A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 12. ed. São Paulo: Papirus, 2000.
- MOREIRA Filipe Alves – *A Crônica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. 2010, 212f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2011. *Medievalista* Nº13, 2013.
- NOGUEIRA, Luana Karinne da Costa e outros. *Formação de professores e Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's: uma relação necessária para o uso de recursos tecnológicos na educação*. ESUD 2013 – X CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA. Belém/PA, 2013 – UNIREDE.
- NORDIN, Nei Marcos Aibar. *De como “escprever verdade sem outra mestura”*: Estratégias discursivas na obra do cronista Fernão Lopes. 2011. 145f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa. *O Papa Alexandre III e a Bula ‘Manifestis Probatum’*, in 8.º *Centenário do Reconhecimento de Portugal pela Santa Sé*. Comemoração Académica, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979.
- PERES, Damião. *História de Portugal*: Ed. monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. Lisboa – Portugal: Portucalense, 1938.
- POPPER, Karl R. *A lógica da investigação científica; Três concepções acerca do conhecimento humano; A sociedade aberta e seus inimigos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PUTINATO, Lucas Henriques. *Damião de Góis e os novos caminhos da história quinhentista*. 2005. 137f. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Franca. 2007.

RAMALHETE, Ana Maria. *Legitimações dinásticas e pragmatismo do discurso providencialista. Fernão Lopes e António Vieira*. REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, nº 9, Lisboa – Portugal: Colibri, 1996.

REIS, José Carlos. *História e verdade – posições*. SÍNTESE. REVISTA DE FILOSOFIA. Vol. 27, nº 89, UFMG. Belo Horizonte. MG.

RICŒUR, Paul. *Objectivité et subjectivité en histoire*. In: *Histoire et vérité*. Paris: Éditions du Seuil, 1967. E *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

SANTOS, Caio César Costa. *A literatura historiográfica de Fernão Lopes: o compromisso com a verdade*. Anais do II SEMINÁRIO NACIONAL LITERATURA E CULTURA. Vol. 2, São Cristóvão: GELIC, 2010.

SARAIVA, António J. ; LOPES, Oscar. *Historia da literatura portuguesa*. Portugal: Porto, 2001.

_____. *Fernão Lopes*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2010.

_____. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1995.

SARAIVA, José Hermano. *Introdução à leitura de Fernão Lopes*. In: *História de uma revolução: Primeira parte da <<Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória>>*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, p. 05.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SCHIAVINATO, Rodrigo Barbosa. *A representação de uma história: Cronistas peninsulares da baixa Idade Média*. Alétheia. REVISTA DE ESTUDOS SOBRE ANTIGUIDADE E MEDIEVO, Volume 1, Janeiro a Julho de 2010.

SERRÃO, J. Veríssimo de, *Administração e Sociedade*”, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa – Portugal: Verbo. 1993.

SOARES DE AZEVEDO, Mateus. *A Inteligência da Fé: Cristianismo, Islã, Judaísmo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Luís Ribeiro. A Bula 'Manifestis Probatum' e a Legitimidade Portuguesa, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 8º CENTENÁRIO DO RECONHECIMENTO DE PORTUGAL PELA SANTA SÉ (Bula 'Manifestis Probatum', 23 de maio de 1179), *Comemoração Académica*. 1979.

SOUSA, Martim Lourenço Ramos de Gouveia e. *Fernão Lopes e o obstinado labor*. Escola Secundária “Emídio Navarro”, Viseu – Portugal. 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *Folclore, antropologia e história social*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WERTHEIN, Jorge. *A sociedade da informação e seus desafios*. REVISTA CI. INF. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.